

Cerco cruel, perverso e criminoso

Brasil denuncia

“carnificina” de

Israel em Gaza

Reprodução: Vídeo da Al Jazeera

ONU alerta: 14 mil bebês palestinos na iminência de morrerem pela fome

Acreditado “que é uma situação terrível o que está acontecendo. Há uma carnificina. É uma coisa terrível o que está acontecendo. Há um número elevadíssimo [de mortes de] crianças. É algo que a comunidade internacional não pode ver de braços cruza-

dos”, afirmou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira em audiência pública no Senado. A ONU alertou na terça-feira (20) que a vida de 14 mil bebês na Faixa de Gaza corre risco iminente nas próximas 48 horas se a ajuda humanitária não chegar com urgência **Págs. 3 e 6**



HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 4.001 21 a 27 de Maio de 2025



Nenhum alimento, combustível ou remédio entrou em Gaza desde 2 de março por decisão do governo fascista



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Fernando Frazão - ABR



Fazenda anuncia cortes. Reitores e UNE apontam inviabilização de universidades

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a afirmar que vai fazer todos os cortes necessários nos gastos públicos, além dos contingenciamentos, para cumprir a meta de zerar o déficit primário, e até fazer superávit em 2025. As instituições de educação e entidades, como a Andifes e a UNE, emitiram notas advertindo que o corte “inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais”. **Págs. 2 e 4**

Sob juro alto, indústria, comércio e serviços desaceleraram, afirma Iedi

The Independent



600 mil em Londres repudiam o genocídio e pedem rompimento

Condenando o “genocídio” contra a população palestina, 600 mil pessoas tomaram as ruas de Londres (foto) no sá-

bado (17) exigindo o “fim da limpeza étnica” e cobrando do primeiro-ministro, Keir Starmer, o “rompimento de

relações com Israel”. No domingo (18), mais de 100 mil manifestantes se reuniram na ruas de Haia, Holanda,

para exigir do governo holandês medidas para conter Israel e parar o genocídio em Gaza. **Página 7**

O Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) avalia que no primeiro trimestre de 2025 o cenário econômico brasileiro já reflete os impactos da política monetária restritiva adotada pelo Banco Central (BC) para frear o crescimento da economia. “A Indústria e varejo ampliado, com mercados mais dependentes do crédito e dos níveis de juros, são os que desaceleraram mais”, advertiu. **Pág. 2**

PF apreende 5 carros de luxo do ‘careca do INSS’

Os veículos são atribuídos a Antonio Carlos Camilo Antunes, o “careca do INSS”, apontado como lobista e operador do esquema de descontos irregulares de aposentados **Pág. 3**

Não foi só roubo do INSS que teve início na gestão Bolsonaro. As ameaças também

Servidores que denunciaram a fraude em 2020 foram ameaçados e depois tirados da fiscalização, segundo novas informações divulgadas sábado (17). **Pág. 3**

“Tirem as mãos dos Correios!”, por Paulo Kliass

Pág. 8

Sob juro alto, indústria, comércio e serviços desaceleram, diz Iedi



Haddad anuncia cortes no orçamento de 2025

“Todas as medidas que forem tomadas terão o mesmo tipo de procedimento do ano passado. Nós vamos cumprir a meta”, disse o ministro da Fazenda

Depois de anunciar nos EUA que pretende isentar totalmente de pagamento de impostos as big techs americanas que quisessem instalar data centers no Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a afirmar que vai fazer todos os cortes necessários nos gastos públicos para cumprir a meta de zerar o déficit primário, e até fazer superávit em 2025.

“Serão medidas pontuais. Não dá nem para chamar de pacote”, destacou o ministro em sua entrevista na quinta-feira (15), na sede da pasta, em Brasília. A dupla incongruência – de isentar as big techs dos Estados Unidos e ao mesmo tempo cortar gastos sociais – foi anunciada dentro da discussão sobre a meta de cumprir o arcabouço fiscal.

Ele disse que os cortes serão anunciados publicamente depois da volta do presidente Lula, que foi aos funerais do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica. Haddad fez questão de garantir que a meta será cumprida. “Todas as medidas que forem tomadas terão o mesmo tipo de procedimento do ano passado. Nós vamos cumprir a meta”, acrescentou.

“Em junho do ano passado, nós fizemos uma série de medidas para o cumprimento da meta e este ano também estamos identificando alguns gargalos e problemas, tanto do ponto de vista da despesa quanto da receita, e vamos apresentar para o presidente”, disse.

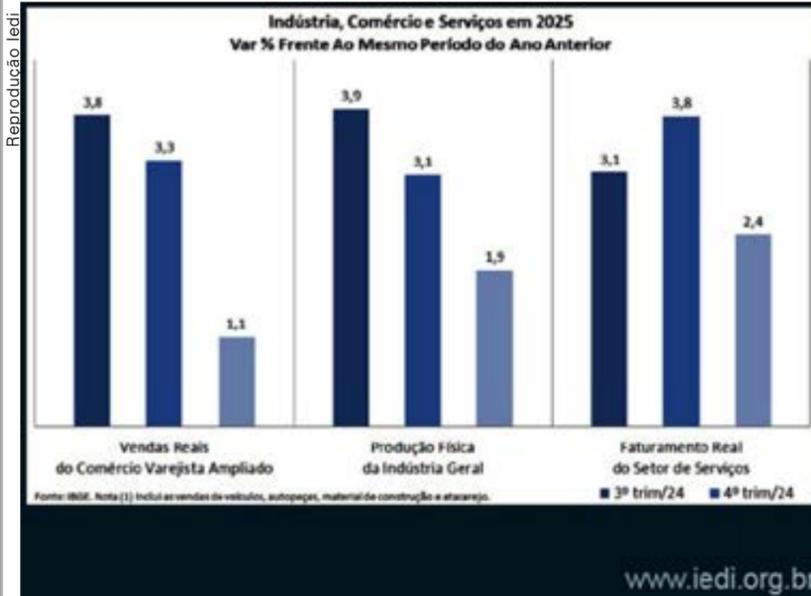
“São medidas pontuais para cumprimento da meta fiscal, como fizemos no ano passado”, prosseguiu Haddad. Mesmo na sua ausência, o ministério da Fazenda já vinha falando em bloqueios de gastos e contingenciamento em custeio e investimentos no Orçamento.

O secretário Executivo do ministério, Dario Durigan, já havia adiantado que os cortes eram medidas destinadas a acalmar o “mercado financeiro”. “Vamos fazer ambos, bloqueio e contingenciamento, na medida em que for necessário, no primeiro relatório bimestral do ano. Isso dá uma sinalização de que o manejo da execução orçamentária vai ser sem sustos para o mercado”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Em entrevista ao Estadão, em Nova Iorque (EUA), Durigan falou que os números definitivos serão consolidados até o final desta semana. No entanto, o mercado financeiro, por meio de seus porta-vozes da mídia, já fala em um corte entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões. “Será feito tudo em prol de proteger o fiscal e seguir na consolidação que estamos fazendo”, reforçou o secretário.

Fernando Haddad desmentiu que o governo possa tomar medidas favoráveis a um reajuste do Bolsa Família. Ele negou qualquer estudo ou demanda para reajustar o benefício, previsto para R\$ 600 neste ano.

“Não há pressão do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social], nem espaço fiscal para projetos novos”, disse. “O Orçamento do ano que vem nem começou a ser discutido. Estamos focados na meta fiscal deste ano”, afirmou.



Iedi: “A indústria e varejo ampliado, com mercados mais dependentes do crédito e dos níveis de juros, são os que desaceleraram mais”

“É urgente enfrentar o dragão dos juros para garantir a casa própria”, diz presidente da CBIC

“Se antes o problema era o ‘dragão da inflação’, hoje o que trava o país é o ‘dragão dos juros’”, afirma Renato Correia, dirigente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Em um cenário de juros elevados que penalizam o mercado imobiliário e a indústria da construção, os lançamentos do programa Minha Casa, Minha Vida estão segurando o bom desempenho do setor. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apresentou na última segunda-feira (19) os dados do 1º trimestre do ano, mostrando crescimento superior a 15% nas vendas e lançamentos.

Para o presidente da CBIC, Renato Correia, é preciso “enfrentar a questão dos juros com seriedade e urgência. Se antes o problema era o ‘dragão da inflação’, hoje o que trava o país é o ‘dragão dos juros’. Resolver isso trará um mercado imobiliário ainda mais saudável”.

MINHA CASA, MINHA VIDA

“O setor segue resiliente, com resultados avançados pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), apesar do cenário de juros elevados”, apontou a entidade.

Entre janeiro e março deste ano, 102.485 unidades residenciais foram vendidas – o que representa um crescimento de 15,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Os lançamentos somaram 84.924 unidades, com alta de 15,1% na mesma comparação.

O Minha Casa, Minha Vida respondeu por 53% dos lançamentos e 47% das vendas no período, apurou a entidade. As vendas de imóveis subsidiados pelo programa



Minha Casa, Minha Vida respondeu por 53% dos lançamentos e 47% das vendas no 1º trimestre

tiveram crescimento de 40,9% no trimestre, enquanto os lançamentos subiram 31,7%.

A maior presença do programa é explicada pelas condições de crédito, com juros reais a partir de 4%, e pelo aumento da participação de estados e municípios com subsídios adicionais, explicou a CBIC em nota.

“Estamos atravessando um momento de turbulência na economia em relação à taxa de juros. Mesmo diante desse cenário, as 221 cidades pesquisadas mostram um mercado bastante aderente, principalmente ao programa Minha Casa, Minha Vida”, avaliou o economista Celso Petrucchi, conselheiro da CBIC, na coletiva de imprensa para apresentação dos resultados.

Já os preços médios dos imóveis tiveram alta

de 1,9% no trimestre, acompanhando a variação do INCC no período. A entidade avalia a alta de preços como uma indicação de estabilidade, já que há importante pressão inflacionária sobre os materiais da construção.

“Temos capacidade produtiva. O que está faltando é dinheiro para a produção. O ideal seria ter financiamento suficiente para produzir o que a demanda exige”, observou Ely Wertheim, vice-presidente da Indústria Imobiliária da CBIC.

A CBIC projeta que o mercado imobiliário se manterá em patamar elevado ao longo de 2025, especialmente com a consolidação da Faixa 4 do MCMV (destinada às famílias de renda mensal de até R\$ 12 mil). No entanto, pondera que o mercado precisa de taxas de juros mais baixas.

“Em comparação com o início do ano passado, todos os grandes setores da economia assinalaram moderação de seu ritmo de crescimento no 1º trim/25, sintoma da elevação da taxa de juros que vem sendo feita pelo Banco Central”

O Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) avalia que no primeiro trimestre de 2025 o cenário econômico brasileiro já reflete os impactos da política monetária restritiva adotada pelo Banco Central (BC) para frear o crescimento da economia.

“Em comparação com o início do ano passado, todos os grandes setores da economia assinalaram moderação de seu ritmo de crescimento no 1º trim/25, sintoma da elevação da taxa de juros que vem sendo feita pelo Banco Central”, destacou o Iedi no dia 15 de maio.

“A Indústria e varejo ampliado, com mercados mais dependentes do crédito e dos níveis de juros, são os que desaceleraram mais”, completou o instituto, ao apontar que, no primeiro trimestre deste ano a indústria cresceu +1,9% o que é menor que a alta de +3,1% registrados no último trimestre de 2024, enquanto o varejo saiu de +3,3% para +1,1% frente ao mesmo período do ano anterior.

Por sua vez, o crescimento do setor de serviços foi de +3,8% no quarto trimestre de 2024 para +2,4% nos primeiros três meses deste ano, “na comparação interanual, mas os dados de curto prazo apontam deterioração adicional (-0,2% com ajuste)”, alertou o instituto.

De acordo com análise do Iedi, em artigo publicado na última semana, a indústria que contribuiu fortemente para o crescimento econômico do ano passado, nos primeiros meses de 2025 já apresenta perda de dinamismo em três dos

quatro grandes segmentos da indústria e em 68% dos ramos analisados. “A parcela de ramos no vermelho também dobrou de 16% no 4º trim/24 para 32% no 1º trim/25”, destacou o Iedi.

A seguir trechos do artigo do Iedi:

PERDA DE TRAÇÃO INDUSTRIAL

“No primeiro trimestre de 2025, a indústria brasileira seguiu crescendo, mas a um ritmo mais modesto, refletindo a mudança para uma conjuntura de taxas de juros elevadas. A desaceleração do setor, já presente no final do ano passado, foi reforçada nos primeiros meses de 2025 e ganhou amplitude, ainda que o resultado de março, isoladamente, não tenha sido ruim.

“No acumulado em janeiro/25, a produção industrial registrou +1,9% na comparação interanual, bem menos do que os +3,9% do 3º trim/24 e +3,1% do 4º trim/24. Muito desse resultado deveu-se ao mês de março, que teve alta de +3,1% ante mar/24 e de +1,2% na série com ajuste sazonal, após dois meses seguidos de estabilidade.

“No trimestre como um todo, o resultado favorável de mar/25 não conseguiu evitar uma perda de tração em três dos quatro macrossetores industriais e em 68% dos ramos acompanhados pelo IBGE. A parcela de ramos no vermelho também dobrou de 16% no 4º trim/24 para 32% no 1º trim/25.”

Leia a nota na íntegra no site: <https://horadopovo.com.br/industria-comercio-e-servicos-desaceleram-sob-impacto-dos-juros-altos-afirma-iedi/>

Inadimplência recorde em abril atingiu 7,1 milhões de empresas

São 31,4% das companhias no país, sendo 6,6 milhões micro e pequenas empresas, diz Serasa

A inadimplência tem apresentado alta em meses consecutivos, reforçando a fragilidade financeira das empresas frente aos juros elevados, acesso ao crédito e demanda reprimida. Segundo a Serasa Experian, com base em dados de janeiro deste ano, divulgados no mês passado, o número de companhias inadimplentes chegou a 7,1 milhões, a maior quantidade já registrada desde o início da série histórica da pesquisa. Esse total representa 31,4% das empresas existentes no país.

a saúde financeira das companhias”, completou Camila Abdelmalack. Dos 7,1 milhões de empresas negativadas, 6,6 milhões são micro ou empresas de pequeno porte (EPPs). No total da EPPs, no mês de janeiro analisado, somaram 45,8 milhões de dívidas, cujo valor total foi de R\$ 133,9 bilhões, ou seja, 86% do total de R\$ 154,9 bilhões do valor das dívidas somadas.

O valor das dívidas somadas chegou a R\$ 154,9 bilhões, um aumento de R\$ 4,3 bilhões em relação a dezembro de 2024. Em média, cada CNPJ teve cerca de 7,2 contas negativadas no período. Sob a ótica daqueles que não receberam suas faturas, a empresa produziu o bem, comercializou o produto, gerou a prestação de serviços, assumiu os custos da operação e sem receber parte do que foi comercializado tem que cumprir com os seus compromissos. Diminui o lucro, pode até comprometer e fica olhando para frente na dívida do que pode vir adiante.

A maior parte das empresas negativadas é do setor de serviços, com 52,4% do total. O setor de comércio vem a seguir com 35,3% e a indústria vem com 8% das empresas inadimplentes. Considerando a inadimplência pelos estados da federação, temos Alagoas com 41,1%, Distrito Federal com 39,9% e Pará com 39,3%, os estados que registraram os maiores índices do evento.

AUMENTO DOS JUROS

“Esse aumento na inadimplência pode ser atribuído ao aumento das taxas de juros. Com a elevação dos juros, o custo do crédito para as empresas também sobe, tornando o financiamento mais caro e difícil de obter. Isso impacta diretamente a capacidade das companhias de gerenciar seu fluxo de caixa e cumprir suas obrigações financeiras”, avaliou a economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack.

“Além disso, o aumento dos juros pode diminuir a demanda por produtos e serviços, já que consumidores e outras empresas também enfrentam custos de crédito mais altos, resultando em menor receita para as empresas. Esse cenário cria um ciclo vicioso, onde a dificuldade de acesso a crédito e a redução de receitas levam a um aumento na inadimplência, afetando negativamente

Com atraso, Ibama aprova plano da Petrobrás para a Margem Equatorial

Petrobrás cumpriu todas as exigências do Ibama e vinha cobrando quase diariamente a resposta, uma vez que o processo estava parado desde 2023

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) divulgou, nesta segunda-feira (19), que aprovou o conceito do Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF), apresentado pela Petrobrás como parte do licenciamento ambiental para a pesquisa exploratória no bloco FZA-M-59, considerado de alto potencial petrolífero na Margem Equatorial brasileira.

O PPAF, que integra o Plano de Emergência Individual (PEI) da Petrobrás, já tinha sido apresentado com muita antecedência pela estatal que passou a

cobrar quase diariamente a resposta do Ibama. A demora em analisar os aspectos teóricos e metodológicos por parte do Ibama já causava desconforto dentro do governo. Finalmente, o plano foi considerado adequado para seguir para a próxima fase: testes práticos de resgate de animais em caso de vazamento de óleo.

O primeiro passo dado pelo órgão do meio ambiente foi festejado pela Petrobrás, mas não significa ainda que o tempo perdido será recuperado. Isso porque o órgão ambiental fez questão de esclarecer que a aprovação do PPAF não significa

a liberação da licença para perfuração. Novas pressões terão que ser feitas já que o processo ficou parado desde junho de 2023, quando o Ibama negou a solicitação da Petrobrás.

Espera-se que o Ibama apresente logo um cronograma para vitórias e simulações, que avaliarão a efetividade das medidas de resposta a acidentes ambientais. O bloco FZA-M-59 – situado em águas profundas na costa do Amapá e a 540 km da Foz do Rio do Amazonas – é um dos mais cobichados da Margem Equatorial, região que concentra 42 blocos exploratórios.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS O 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Lobista possuía coleção de carros caros PF apreende 5 carros de luxo do 'Careca do INSS'

Policiais federais cumpriram, na terça-feira (20), mandado para apreender veículos ligados a Antonio Carlos Camilo Antunes — conhecido como “Careca do INSS” —, e apontado como operador do esquema de descontos ilegais em aposentadorias e pensões no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Estas informações são da GloboNews.

A PF aponta que Antunes transferiu R\$ 9,3 milhões para pessoas relacionadas a servidores do INSS entre 2023 e 2024.

Investigação da PF revelou amplo esquema de fraudes e desvios de dinheiro de aposentadorias e pensões do INSS. Antunes é o lobista apontado pela PF como “facilitador” desse esquema.

A PF afirma que associações que oferecem serviços a aposentados e pensionistas cadastravam pessoas sem autorização, com assinaturas falsas, para descontar mensalidades dos benefícios pagos pelo INSS. O prejuízo, entre os anos de 2019 e 2024, pode chegar a R\$ 6,3 bilhões.

DENÚNCIA ANÔNIMA

Em nota divulgada no fim de abril, a defesa de Antonio Antunes escreveu que “as acusações apresentadas contra seu cliente não correspondem à realidade dos fatos”.

Até o fim desta manhã, a Polícia Federal ainda não confirmava a lista de veículos apreendidos e o valor estimado desses.

Ao fim das investigações, se houver autorização da Justiça e o envolvimento de Antunes na fraude for confirmado, os veículos podem ir a leilão — para que o dinheiro seja usado no ressarcimento das vítimas.

DOAÇÃO A BOLSONARO

O empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, apontado pela PF como um dos principais lobistas na fraude do INSS, doou R\$ 1 para a campanha de Jair Bolsonaro (PL) em 2022. A doação simbólica de 1 real foi pedida por Bolsonaro aos seus seguidores na internet para tentar capturar como sua a criação do PIX e reforçar sua campanha eleitoral em 2022.

A denúncia foi do site Metrôpoles.

A informação consta no site do próprio TSE, onde o nome e o CPF são os mesmos que constam no relatório da PF sobre a Operação Sem Desconto. A doação foi feita dia 12 de setembro de 2022, antes do primeiro turno. Leia matéria completa em [“Careca do INSS” fez doação para Bolsonaro reforçar sua campanha em 2022](#).

Em 2020, na gestão Bolsonaro, funcionário do INSS denunciou descontos ilegais e foi ameaçado

Em 2020, em pleno governo de Jair Bolsonaro, um servidor do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) apresentou à polícia do Distrito Federal, segundo reportagem da Rede Globo, uma denúncia de desvios ilegais em benefícios de aposentados e de pensionistas.

Assim que fez a denúncia, o servidor, que era da direção central do INSS, começou a receber ameaças de morte. Ele atuava na área de análises dos descontos nos benefícios e informou que as ameaças de morte começaram assim que ele identificou as irregularidades.

“Na época que a Diretoria de Benefícios estava chantando ali os ACTs (Acordo de Cooperação Técnica), estava fazendo uma auditoria em cima deles, alguns servidores receberam ameaças, isso foi falado lá dentro. O coordenador que estava atuando em cima dos ACTs e também o diretor. Eles receberam ameaças justo no período onde que ‘tavam’ enviando ali as auditorias dos descontos associativos”, disse ele à reportagem, na condição de anonimato.

O servidor foi chamado para depor em inquérito da Polícia Civil do Distrito Federal em fevereiro de 2021. Ele repetiu as denúncias de descontos irregulares em

benefícios feitos pela Conafer — a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais.

Ele informou que em 2020 houve um aumento repentino e anormal em comparação com outras associações; que, em janeiro de 2020, a Conafer tinha cerca de 80 mil filiados com desconto nos benefícios previdenciários e em outubro de 2020 esse número superou 250 mil. Nesse mês, o acordo da Conafer estava suspenso.

O acordo da entidade foi suspenso em setembro de 2020, após servidores do órgão identificarem irregularidades. Em outubro, o então presidente do INSS, Leonardo Rolim, transferiu da Diretoria de Benefícios para a Diretoria de Atendimento a responsabilidade por analisar esses acordos. A mudança foi uma artimanha para que a Conafer fosse reabilitada. Na época, a Conafer chegou a homenagear o então diretor de atendimento do INSS, Jobson de Paiva Sales, responsável por reverter a suspensão.

Um relatório da CGU — Controladoria-Geral da União de 2024 mostra que a Conafer foi a entidade que mais aumentou o volume de descontos entre 2019 e 2024 em números absolutos.

Brasil repudia “carnificina” de Israel contra palestinos



Ministro das Relações Exteriores denunciou Israel pela matança de palestinos

Não foi só o roubo do INSS que começou na gestão Bolsonaro. As ameaças também

Mais informações divulgadas no sábado (17) revelam que não foi só a farra dos descontos fraudulentos de segurados do INSS que começou durante o governo Bolsonaro. Vieram junto as ameaças a servidores do órgão que denunciaram e tentaram interromper o desvio criminoso. A direção do instituto à época, ao invés de proteger seus servidores, deu guarida aos golpistas.

Há registros, segundo reportagem da TV Globo de sábado (17), de funcionários que, há cinco anos, denunciaram a fraude e passaram a sofrer ameaças. Elas começaram logo depois que eles descrederam associações irregulares. Em setembro de 2020, a mãe de um servidor do INSS recebeu uma mensagem no celular, diz a reportagem. O texto pedia o endereço do filho para “fazer uma surpresa”.

Três dias depois, outro servidor do INSS também recebeu outra ameaça pelo celular. “Estamos de olho”, dizia a mensagem, que também citava o nome da mãe dele, o modelo do carro dela e dois endereços do servidor. Esse servidor era, segundo a reportagem, o mesmo que já tinha feito uma denúncia de irregularidades à Polícia Federal. Dois inquéritos foram abertos, mas as investigações foram transferidas para a PF no Paraná, já que o número de telefone de onde partiram as amea-

ças era de lá. Os servidores ameaçados atuavam para combater fraudes contra aposentados por meio de descontos ilegais na folha de pagamento. Eles procuraram a Polícia Federal. Em um dos depoimentos, o servidor listou dez entidades que foram descredenciadas em 2019 e 2020 por conta de irregularidades. Numa das denúncias o servidor diz:

“Em decorrência de decisões proferidas em processos administrativos de apuração de irregularidades, foram encerrados 3 acordos”. No depoimento, o servidor listou dez entidades que foram descredenciadas em 2019 e 2020 por conta de irregularidades.

E prosseguiu: “Nos últimos dois meses, outros dois foram suspensos, situação que reflete diretamente no repasse financeiro das entidades acordantes.”

E sobre as ameaças recebidas, ele registrou: “considerando que as mensagens contêm informações acerca da minha atividade profissional e o interesse em minha exata localização, temo que as ações tenham como objetivo causar intimidação ou coação.”

Outro servidor do INSS disse à PF que estavam “reforçando um trabalho de controle e que acredita que as mensagens, que ameaças claras, seriam decorrentes do trabalho de suspensão e/ou cancelamento de

referidos acordos”. Um mês depois das ameaças, o então presidente do INSS, Leonardo Rolim, editou uma portaria que transferiu essa atribuição de fiscalização para outro setor.

As mudanças tiveram o objetivo de manter o esquema. A partir de outubro de 2020, 24 novas entidades foram credenciadas e outras seis, que tinham sido descredenciadas, foram reabilitadas. Segundo O Globo, dados do Portal da Transparência mostram que essas novas associações, juntas, foram aumentando exponencialmente os descontos. Em 2020, descontaram R\$ 36 milhões. Em 2024, R\$ 2,4 bilhões. Entre janeiro e março de 2025, foram R\$ 655 milhões. Ao todo, essas entidades receberam R\$ 4,3 bilhões.

Os inquéritos foram encerrados. Mesmo após o relato dos servidores, a Polícia Federal não ouviu representantes das associações e não realizou nenhuma diligência no INSS e nem nas entidades. O inquérito que levou à Operação Sem Desconto, que revelou várias irregularidades nessas entidades, só foi aberto em abril de 2024. O ex-presidente do INSS, Leonardo Rolim, disse que as mudanças ocorreram no processo de reestruturação do INSS e que ele deixou a presidência do instituto em 2022 e não sabe o que aconteceu com os contratos depois disso.

Recentemente o “bananinha”, como é conhecido o ex-deputado fujão, anunciou que uma comitiva americana viria ao Brasil para discutir as sanções a Alexandre de Moraes. O filho de Bolsonaro comemorou como sendo uma vitória de sua conspiração contra o Brasil a vinda de David Gamble ao país. Os gringos não tiveram coragem de tocar no assunto sobre Moraes. Tentaram apenas convencer as autoridades a considerarem as facções criminosas do país como organizações terroristas.

Brasília evidentemente recusou a proposta, já que não considera correto politizar as quadrilhas de criminosos comuns, que visam se enriquecer com seus crimes, a grupos terroristas que visam outros objetivos.

golpe pretendia impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e assassinar autoridades, entre elas, o próprio Lula, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes, do STF. A família Bolsonaro realmente acha que o Brasil é o quintal dos Estados Unidos. Eles queriam mesmo era ter Trump como imperador do Brasil. Essa atitude do ex-deputado, de pedir abertamente que o governo americano afronte a soberania brasileira, só tem paralelo com a sabujice de Carlos Lacerda, que bradava por apoio americano ao golpe contra o presidente João Goulart, em 1964. Não é por acaso que Jair Bolsonaro, enquanto esteve no governo, batia continência para a bandeira americana e seus seguidores carregavam cartazes pedindo, em

Países não podem continuar de braços cruzados diante da “situação terrível” contra os palestinos, principalmente a morte de crianças, conclama o chanceler Mauro Vieira

“Acredito que é uma situação terrível o que está acontecendo. Há uma carnificina. É uma coisa terrível o que está acontecendo. Há um número elevadíssimo [de mortes de] crianças. É algo que a comunidade internacional não pode ver de braços cruzados”, afirmou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira em audiência pública no Senado.

Segundo ele, “há inúmeras iniciativas. Lamentavelmente, nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança está paralisado. O poder de veto dos cinco membros permanentes paralisa sempre — de um lado ou para outro — todas as iniciativas”.

Chancelando a posição expressa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em diversas ocasiões, o ministro resgatou o fato do Brasil manter uma posição histórica em defesa da solução de dois Estados, buscando a coexistência pacífica entre Israel e Palestina: “É muito importante que iniciativas como essas sejam tomadas, sejam levadas adiante para pôr fim a essa invasão e a esse desrespeito ao direito internacional e ao direito internacional humanitário”.

França e Arábia Saudita convidaram o Brasil para comandar o grupo de trabalho de uma conferência sobre a criação da Palestina, com foco no respeito às normas internacionais. Esse papel coloca o país em destaque nas negociações sobre o futuro da região.

Desde o início da guerra patrocinada pela ditadura nazifascista de Israel contra o povo palestino, sob o pretexto de combater o grupo Hamas, em outubro de 2023, o Brasil tem deplorado os ataques em Gaza e buscado promover consenso para evitar novas mortes. Na época, o país tentou aprovar no Conselho de Segurança da ONU uma resolução para cessar-fogo e permitir ajuda humanitária, mas os Estados Unidos, como sempre, vetaram a proposta.

Mais do que isso, o governo brasileiro questiona os limites éticos e legais das ações mili-

tares israelenses intensificadas pelo ditador Benjamin Netanyahu. Mauro Vieira afirmou que o Brasil acompanha a situação com atenção e se posiciona para defender os direitos humanos e o respeito às leis internacionais. Para o governo Lula, a comunidade global precisa agir com urgência para evitar que a situação na região se agrave ainda mais.

O fato é que, desde o início dos ataques promovidos por Israel e diante da escalada militar na região ao longo de quase 2 anos, com a morte de milhares de civis e a destruição de bens públicos, especialmente hospitais, se havia alguma dúvida sobre o caráter genocida da ação, hoje, já não há mais nenhuma.

A tentativa do Brasil, embora apoiada pela maioria dos membros do conselho, não foi aprovada porque os Estados Unidos vetaram a resolução. O governo americano argumentou, à época, que o texto não deixava claro o direito de Israel de se defender.

Desde então, o Brasil tem dito “deplorar” os ataques em Gaza e defendido que Israel e Hamas cheguem a um consenso, evitando mais mortes no conflito.

Ao longo de todo conflito, o governo brasileiro, além de questionar os limites éticos e legais das ações militares do governo de Israel, tem defendido a retirada das tropas de Benjamin Netanyahu da Faixa de Gaza, reiterado a ação de natureza colonialista de Israel com os palestinos e afirmado que a ofensiva militar israelense em Gaza inviabiliza um eventual acordo.

A ditadura israelense, no entanto, ancorada quase que exclusivamente pelos EUA, continua ignorando cínica e solenemente o posicionamento não apenas do Brasil, mas da maioria das nações do mundo, enquanto acelera sua ação genocida contra todo um povo que conquistou o direito não somente sobre Gaza, mas a um território que a esse povo continua sendo clamorosamente negado.

Presidente anuncia na Marcha dos Municípios crédito para reforma de moradias populares

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na terça-feira (20), em discurso de abertura da 26ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que o governo prepara um novo programa de crédito voltado à reforma de moradias.

A iniciativa buscará atender principalmente a população de baixa renda, com empréstimos destinados à construção de cômodos, banheiros e melhorias estruturais — tudo isso, segundo Lula, com “o juro mais barato possível”.

“O cidadão que quiser reformar sua casa, fazer uma garagem, fazer um quarto, um banheiro, esse cidadão tem o direito de ir ao banco e pegar um crédito com o juro mais barato possível”, explicou. Ao relembrar o impacto do programa Minha Casa, Minha Vida, o presidente destacou que sua gestão entregou 3,7 milhões de unidades habitacionais, mas considerou insuficiente diante da demanda crescente e da precariedade ainda existente em milhões de lares. “O Brasil ainda tem 4 milhões de moradias sem banheiro”, apontou.

“É uma vergonha este país, que é a 8ª economia do mundo, ainda ter 4 milhões de pessoas que não têm banheiro, além da água”, denunciou o presidente. O programa incluirá reformas como construção de quartos e banheiros — O novo modelo de financiamento, segundo Lula, contemplará pequenos projetos familiares.

A urgência do novo programa, segundo Lula, está vinculada também às condições indignas de moradia enfrentadas por milhões de brasileiros. “No Brasil tem 4 milhões de casas que não têm banheiro. As pessoas ainda usam a tal da moita”, criticou, dirigindo-se diretamente aos prefeitos presentes no evento.

Lula observou que ainda se mantém um déficit habitacional grande no país e que boa parte das moradias no Brasil não são erguidas pelo poder público, mas sim por trabalhadores e trabalhadoras que constroem suas casas com esforço próprio. “Quem constrói a maioria das casas é o povo, no sacrifício de trabalhar de final de semana, de arrumar encanador amigo, pedreiro amigo, cavador de poço amigo”, ressaltou. “Será crédito direto para quem constrói com sacrifício próprio”, disse o presidente.

Ele citou o programa PAC Seleções, que prevê investimentos em habitação, como exemplo de que seu governo não discrimina ninguém. “Duvido que tenha um prefeito de qualquer partido que um dia possa dizer que ele não foi atendido no governo por causa da sua filiação partidária. Isso não existe no meu governo”, garantiu.

“Vocês vão ter direito às casas independentemente do partido ao qual vocês pertencem, independentemente se vocês gostam ou não do presidente. Isso não está em jogo. O que está em jogo é a necessidade dos moradores de cada cidade, que precisam de casa”, declarou. Lula, que sempre participa do evento anual dos prefeitos desde que assumiu, em 2023, ironizou o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, destacando que ficou feliz com a volta da combatividade do dirigente que voltou a ser o velho Ziulkoski, com um discurso mais inflamado, como tem que ser, e não como ele agia durante o governo Bolsonaro. O presidente subiu ao palco junto ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e aos presidentes Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado, e Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara.

Reitores e UNE alertam para risco do corte de 40% na verba das Federais

“Limitar a execução mensal e liberar parte do orçamento somente em dezembro inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais”, alerta a Andifes

Instituições de educação e entidades representativas da educação emitiram notas contra os cortes de verba discricionária realizados pelo governo federal. Os cortes de verbas representam 40% a menos do orçamento, o que prejudica o funcionamento das universidades federais pelo país.

Em nota, a diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que reúne todas as 69 universidades federais e dois centros federais de educação tecnológica, manifesta profunda preocupação com a situação atual do orçamento das universidades federais.

O orçamento discricionário encaminhado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para as universidades federais em 2025, que já era insuficiente, sofreu cortes na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional.

“O cenário foi seriamente agravado pela publicação do Decreto nº 12.448, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025. O Decreto impõe limitações relevantes à execução orçamentária das despesas discricionárias mensais das universidades federais, afetando diretamente sua capacidade de planejamento e gestão”, aponta a Andifes.

“Os principais compromissos das IFES requerem pagamentos continuados ao longo de todo ano, com despesas mensais relativas à assistência estudantil, bolsas acadêmicas de estudantes, contratos de terceirização, restaurantes universitários, água, energia, entre outros. Portanto, limitar a execução mensal e liberar parte do orçamento somente em dezembro não apenas inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais como também a devida execução orçamentária”, denuncia a nota.

“Reconhecemos que o Ministério da Educação tem mantido uma postura de diálogo aberto com as universidades e demonstrado sensibilidade às pautas da educação superior. No entanto, a situação é agravada pelo fato de as universidades federais enfrentarem, há anos, sérias dificuldades orçamentárias e os cortes acumulados ao longo de vários anos continuam produzindo efeitos significativos, apesar de o MEC ter realizado algumas recomposições orçamentárias recentemente”, continuou a entidade.

“As universidades federais necessitam de liberação urgente do orçamento para que os pagamentos mensais regulares não permaneçam comprometidos. Além disso, o orçamento aprovado pelo congresso para este ano é insuficiente para que as universidades possam honrar com seus compromissos. Neste sentido, a recomposição dos cortes aprovados pelo Congresso na LOA 2025 e uma suplementação no orçamento deste ano são medidas igualmente urgentes e essenciais para assegurar o funcionamento das universidades federais. As universidades federais desempenham papel acadêmico, científico e social inestimável e reafirmam seu compromisso com o futuro do Brasil”, afirmou a ANDIFES.

ESTRANGULAMENTO

A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) reafirmaram em uma nota nas suas redes sociais que estão contra o decreto nº 12.448. As entidades se manifestam com extrema preocupação diante da crise orçamentária que atinge a educação brasileira nas escolas, universidades e institutos federais. As entidades não apenas demonstram essa preocupação, mas exigem, de forma contundente, a recomposição orçamentária imediata da educação, com a liberação integral dos recursos já aprovados.

“Isso compromete o planejamento e execução de políticas públicas essenciais para garantir a permanência dos estudantes nas universidades, como escolas e política nacional de assistência estudantil e o fomento à ciência, como as universidades e a capes poderão pagar mensalmente as bolsas assistenciais e de estudos sem a liberação total dos recursos já aprovados? Como o programa das escolas em tempo integral sobreviverá com apenas 1/18 de seus recursos liberados mensalmente? Os estudantes os primeiros a sentir na pele o avanço da precarização da educação?”, afirmaram as entidades em nota.

integral dos recursos já aprovados. As entidades também cobram uma reunião emergencial com o governo e representantes do setor para traçar estratégias contra o retrocesso.

“Nossa luta é para que a educação e a ciência permaneçam no centro das prioridades do Governo Federal, e não aceitaremos cortes nem medidas que enfraqueçam o futuro das novas gerações. Não há tempo para recuar; no projeto de país que defendemos não cabe mais retrocessos!”, completa o texto.

REVERSÃO DO CORTE NECESSÁRIA

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Sandra Goulart Almeida, afirmou que teme que os cortes afetem ainda mais a universidade. Para a reitora, o cenário deste ano é particularmente preocupante, porque a PLOA 2025 encaminhada pelo governo federal sofreu severos cortes na aprovação da LOA pelo Congresso Nacional. Comparado a 2011 – ano de implementação do Reuni –, o orçamento de 2025 representa 50% do valor corrigido do orçamento daquele ano.

“Mesmo assim, a UFMG hoje é mais bem avaliada em todas as classificações, aumentou em 40% o número de matrículas, dispõe de uma infraestrutura mais robusta e se tornou mais inclusiva com a adoção da Lei de Cotas, o que demanda um orçamento maior para atender à crescente demanda e seguir promovendo a inclusão”, argumenta Sandra Goulart.

A reitora se diz otimista em relação a uma rápida reversão desse quadro, face ao reconhecimento do papel das universidades para o desenvolvimento do país. Para ela, o investimento em educação, ciência e tecnologia é o passaporte para um futuro sustentável. “Nações desenvolvidas e verdadeiramente soberanas precisam de universidades fortes, e o nosso sistema federal de educação superior é um dos mais valiosos ativos de que o Brasil dispõe para alcançar esse estágio”, conclui Sandra Goulart Almeida.

REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO

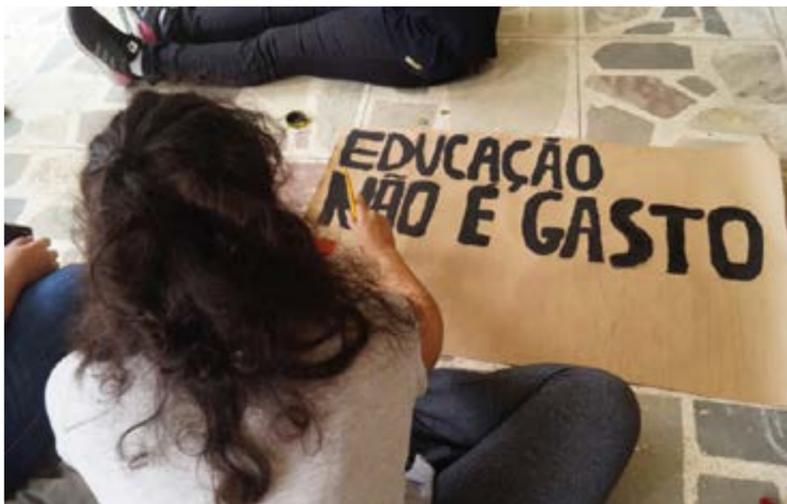
Da mesma forma, o Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Frierj) se reunirá, na próxima segunda-feira (19), às 10h, com a bancada federal do estado para debater a grave situação orçamentária enfrentada pelas universidades e institutos federais fluminenses.

A iniciativa tem por objetivo discutir com os parlamentares a situação orçamentária causada pelos cortes de verbas que comprometem o funcionamento e a manutenção das universidades federais e instituições públicas de educação. No dia 30/4, o Governo Federal publicou o Decreto nº 12.448, que reduziu o limite de gastos de todas as universidades federais até o fim de novembro, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A expectativa é que a reunião fortaleça o diálogo entre os gestores das instituições e os deputados federais e senadores eleitos pelo estado do Rio de Janeiro, a fim de garantir o pleno funcionamento do ensino público federal no estado.

Por fim, a União Nacional dos Estudantes (UNE), junto a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) reafirmaram em uma nota nas suas redes sociais que estão contra o decreto nº 12.448. As entidades se manifestam com extrema preocupação diante da crise orçamentária que atinge a educação brasileira nas escolas, universidades e institutos federais. As entidades não apenas demonstram essa preocupação, mas exigem, de forma contundente, a recomposição orçamentária imediata da educação, com a liberação integral dos recursos já aprovados.

“Isso compromete o planejamento e execução de políticas públicas essenciais para garantir a permanência dos estudantes nas universidades, como escolas e política nacional de assistência estudantil e o fomento à ciência, como as universidades e a capes poderão pagar mensalmente as bolsas assistenciais e de estudos sem a liberação total dos recursos já aprovados? Como o programa das escolas em tempo integral sobreviverá com apenas 1/18 de seus recursos liberados mensalmente? Os estudantes os primeiros a sentir na pele o avanço da precarização da educação?”, afirmaram as entidades em nota.



Estudantes se preparando para as manifestações em prol da Educação



Lula junto a Camilo Santana, Manuela Mirella (UNE) e César Callegari

Governo publica decreto para regulamentar oferta desenfreada de Ensino à Distância

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta segunda-feira (19), o decreto que impede a oferta de cursos de Ensino à Distância (EaD) nas áreas de direito, medicina, odontologia, enfermagem e psicologia.

Segundo informações apresentadas pelo Ministério da Educação, esses cursos terão de ser ofertados exclusivamente na modalidade presencial. Essa mudança vai afetar alunos destes cursos, mas não imediatamente, já que as instituições de ensino terão até dois anos para se adaptar.

Com isso, estudantes já matriculados em cursos que deixarão de ser oferecidos à distância poderão concluí-los no mesmo formato acordado no início do curso.

O decreto trouxe outras mudanças que vão impactar a oferta de outros cursos, especialmente das áreas de saúde e de licenciaturas, com a formação de professores, que só poderão ser presenciais ou semipresenciais.

Nenhum curso poderá ser 100% à distância. O formato EaD passa a exigir que, no mínimo, 20% da carga horária seja cumprida: presencialmente, na sede da instituição ou em algum campus externo, com todos os participantes (professores e alunos) fisicamente presentes; ou por atividades síncronas mediadas, como aulas online ao vivo, por exemplo. As provas devem ser presenciais.

O decreto cria uma nova modalidade: a semipresencial. Entram na categoria os cursos que tiverem obrigatoriamente, além da parte on-line, atividades presenciais físicas, como estágio, extensão ou práticas laboratoriais.

O decreto, no entanto, permite que até 30% das aulas na modalidade presencial sejam ofertadas à distância, o que é considerado um atraso por

militantes do movimento estudantil.

Os polos de EaD, que são espaços oferecidos pelas universidades fora do campus principal, precisarão seguir determinados critérios técnicos, com uma estrutura mínima oferecida aos estudantes, em termos de tecnologia e de disponibilidade de laboratórios, por exemplo.

Manuella Mirella, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), comemorou o decreto. Para a estudante, o crescimento desenfreado do EaD tem gerado cursos de baixa qualidade sem qualquer compromisso com a formação crítica à sociedade. Uma das bandeiras da entidade é defender que a educação não é mercadoria.

É LEI!

O novo Marco Regulatório do EaD foi sancionado por Lula e agora impõe limites e regras claras para o ensino a distância no Brasil!

“Hoje, estivemos com o presidente Lula durante a sanção do Marco Regulatório do Ensino à Distância (EaD), que representa um passo inicial importante e revoga a portaria que previa 40% de EaD em cursos presenciais. Não dá mais para tratar o EaD como terra sem lei, onde grandes conglomerados educacionais lucram com a precarização do ensino e com a exclusão digital de milhões de estudantes”, disse.

“A expansão desenfreada do EaD, especialmente nas universidades privadas, tem gerado uma avalanche de cursos de baixa qualidade, descompromissados com a formação crítica e cidadã. O EaD, como instrumento pedagógico, pode sim ser potente, mas precisa estar a serviço do projeto de nação que queremos construir, não do lucro de poucos. Por isso, defendemos a implementação urgente de mecanismos de regulação mais firmes,

com critérios de qualidade claros, avaliação contínua e participação da comunidade acadêmica. O INSAES, Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, é parte central desse processo. Ele precisa sair do papel e ganhar estrutura para fiscalizar, avaliar e responsabilizar instituições que tratam a educação como mercadoria”, continuou.

“Seguimos lutando por um Brasil onde o acesso à universidade não seja um privilégio, mas um direito com dignidade. O projeto de universidade que defendemos é aquele que transforma vidas, que está no interior do país, que respeita os territórios e forma sujeitos críticos para construir um futuro justo. Só a luta muda a vida! Hoje avançamos um passo importante, mas queremos mais”, afirmou Manuella Mirella.

Em 2022, o MEC informou que, pela primeira vez, o número de matrículas em cursos EaD superou aquelas em graduações presenciais. O dado fazia parte do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aplicado no ano anterior.

E, apesar do crescimento constante na oferta da educação à distância, os alunos de cursos na modalidade tinham um desempenho menor do que o de estudantes de graduações presenciais.

Tudo isso, somando ao surgimento de novas formações on-line com notas baixíssimas na avaliação do MEC, tornou necessária a criação de um documento que considerasse a qualidade do ensino oferecido nos cursos EaD.

Em nota, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) avaliou como positiva a publicação do decreto, mas ainda aguarda a íntegra do texto para detalhar seu posicionamento oficial.



Mobilização lotou plenário da Alesp

Cientistas denunciam na Alesp ameaça de Tarcísio à carreira e venda de terras públicas de pesquisa

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na tarde desta quarta-feira (14), contra o Projeto de Lei Complementar nº 9/2025, apresentada pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicano), que modifica a carreira de pesquisadores científicos e dos institutos de pesquisa paulistas. A categoria denuncia o projeto que, longe de fortalecer a carreira, representa grave ameaça à sua continuidade, autonomia e valorização.

A audiência foi promovida pela deputada Beth Sáhão (PT), em parceria com a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APQC), o evento lotou o auditório Franco Montoro e contou com a participação massiva de pesquisadores e representantes de institutos de pesquisa, além de parlamentares da Casa – como os deputados Donato (PT), Guilherme Cortez (Pso), Marina Helou (Rede) e Carlos Giannazi (Pso).

“A audiência de hoje é uma mobilização de toda a categoria que está indignada com o desprezo em relação à qualidade dos serviços públicos do estado”, relatou Beth Sáhão. A deputada contou que a expectativa do evento é unir esforços e fortalecer demandas para estabelecer um diálogo com o governo estadual. “É preciso retirar o projeto, que chegou com urgência à casa, e também impedir que as fazendas experimentais sejam vendidas por pura especulação imobiliária”, disse.

O evento alertou que os profissionais e os locais voltados à produção científica estão ameaçados pelo Projeto de Lei Complementar nº 9/2025 e pela proposta do governo de vender 35 áreas experimentais no interior paulista usadas para pesquisa.

Representando a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), a pesquisadora Mariana Moura destacou a importância da participação dos cientistas nesse momento crucial de discussão sobre o futuro da ciência paulista e destes perceberem o peso político-social que possuem com maior autoestima e altivez.

Mariana ressaltou ainda que “foi anunciado essa semana que o primeiro [prêmio] Nobel brasileiro veio de uma pesquisadora da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] e pouca gente sabe que a Embrapa foi inspirada no IAC [Instituto Agrônomo de Campinas]. Precisamos dizer ‘está vindo este Nobel, saiu daqui’”, disse Mariana.

Mariana destacou, ainda, que há atualmente no Brasil em geral, e em São Paulo em particular, mais doutores se formando do que vagas abertas no mercado de trabalho e que os institutos de pesquisa podem e devem ser o espaço para receber estes pesquisadores, promovendo o desenvolvimento da ciência e da pesquisa brasileira.

Os parlamentares e pesquisadores enfatizaram que o projeto foi enviado sem diálogo com a comunidade científica. “Esse é um projeto que destrutura a carreira e impõe subsídios sem nenhum diálogo e sem nenhum debate”, ressaltou o deputado.



Equipe brasileira brilhou na Eslovênia

Brasil leva dois ouros na Copa do Mundo de Ginástica Artística

No último domingo (18), o Brasil brilhou na Copa do Mundo de Ginástica Artística em Koper, na Eslovênia, e conquistou cinco medalhas, entre elas duas de ouro, com Júlia Coutinho e Lucas Bittencourt.

Foram dois ouros, três pratas e dois bronzes. Um desempenho que reforça o bom momento da modalidade no país, impulsionado por uma nova geração de atletas.

O grande destaque foi Júlia Coutinho, de apenas 15 anos, que encantou o público e os jurados na final do solo ao som de “Maria, Maria”, de Milton Nascimento. A ginasta somou 13.100 pontos e ficou com o ouro.

Quem também brilhou na mesma prova foi Gabriela Barbosa, de 17, que conquistou a prata com 12.733. Gabriela Bouças, de 16 anos, ficou com o bronze na trave ao alcançar 12.633 pontos.

No masculino, Lucas Bittencourt, de 31 anos, garantiu o ouro na barra fixa com uma apresentação sólida, avaliada em 13.500 pontos. Ele foi seguido de perto por Patrick Corrêa, de 22 anos, que somou 13.466 e levou a prata.

No sábado (17), o Brasil também já havia faturado duas medalhas nas barras assimétricas. E teve dobradinha: Gabriela Barbosa subiu ao pódio com a prata e Bouças levou o bronze.

O Brasil foi para a competição sem suas principais estrelas. Rebeca Andrade e Flavia Saraiva, que passou por cirurgia após as Olimpíadas, seguem focada nos treinamentos.

Federação dos Trabalhadores dos Correios recorre à Justiça contra suspensão de direitos

A Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (Findect) vai recorrer à Justiça contra a suspensão das férias, anunciada pela direção dos Correios.

Na segunda-feira (13), os sindicatos filiados à federação se reuniram com seu corpo jurídico para discutir as medidas cabíveis para impedir que a direção da estatal leve a cabo seu plano de redução de despesas, que só penaliza os trabalhadores e, consequentemente, os serviços prestados à população.

Em 2024, a estatal fechou o ano com déficit de R\$ 2,6 bilhões – quatro vezes maior do que o registrado no ano anterior, que foi de R\$ 597 milhões. Na tentativa de sair do prejuízo, os Correios anunciaram uma série de medidas que fazem parte de um plano de redução de despesas, entre elas a suspensão das férias.

Essa medida foi anunciada pela empresa por meio do Ofício Circular nº 57665450/2025, referente à fruição das férias no período de 2025, o que deixou os trabalhadores indignados. Segundo o comunicado, a partir de 1º de junho, os trabalhadores não poderão mais usufruir das férias desse período, que só voltariam a ser concedidas a partir de janeiro de 2026.

De acordo com a Findect, “a medida, tomada sem qualquer negociação com os sindicatos, representa um duro golpe na rotina dos trabalhadores dos Correios, muitos dos quais já haviam se organizado para tirar suas férias nos próximos meses”.

“Há casos de passagens compradas, viagens programadas, compromissos familiares e financeiros assumidos, contando com esse período de descanso e com o adicional de férias”, diz a federação.

Segundo a entidade, a ação judicial para assegurar o direito às férias vai se pautar no que reza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal. “A Findect entende que qualquer alteração que impacte diretamente os direitos da categoria deve ser discutida com responsabilidade e transparência”, afirma a entidade.

A federação pretende incluir na ação jurídica outras medidas previstas no mesmo ofício dos Correios, que integram o novo plano estratégico da empresa de contenção de despesas, como a convocação para o retorno ao regime de trabalho presencial, entre outras.

Além de notificar oficialmente os Correios sobre a ação judicial, a entidade vai solicitar a instalação de uma mesa de negociação permanente, com a participação das representações sindicais, a fim de garantir que nenhuma mudança seja implementada sem a devida negociação com quem representa os trabalhadores.

Paulo Neves/FUP



Trabalhadores denunciam “política de austeridade” na Petrobrás e aprovam indicativo de greve

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás aprovaram uma paralisação nos dias 29 e 30 de maio, em protesto contra a falta de avanços nas negociações com a empresa sobre as reivindicações da categoria.

A greve foi anunciada após reunião entre as duas entidades representativas dos trabalhadores, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), na quarta-feira (14).

A greve dá continuidade à mobilização da categoria iniciada em março deste ano, quando os trabalhadores fizeram uma paralisação de advertência por 24 horas, na tentativa de barrar o plano que vem sendo implementado pela direção da empresa de redução de custos e de diminuição da remuneração variável dos trabalhadores (pagamento adicional ao salário, que varia de acordo com o desempenho do funcionário ou da empresa).

De acordo com comunicado das entidades, “é inaceitável que, diante de lucros recordes, os trabalhadores sigam sendo penalizados”, enquanto a Petrobrás prioriza “a farta distribuição de dividendos para os seus acionistas”.

As federações afirmam que a indignação da categoria aumentou após a fala da presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, “que, um dia após anunciar lucro líquido de R\$ 35,2 bilhões no primeiro trimestre de 2025 e a distribuição de R\$ 11,72 bilhões em dividendos, declarou que a empresa atravessa uma fase de cortes e austeridade”.

Além das questões econômicas e de direitos dos trabalhadores, as entidades também citam sérias preocupações com a segurança nas unidades operacionais. As federações falam em indícios de subnotificação de acidentes de trabalho e reivindicam maior rigor e transparência na gestão da segurança operacional.

Segundo as entidades, enquanto mantêm diálogo com a direção da empresa, farão uma contraproposta conjunta para ser apresentada à Petrobrás, construída pelas duas federações a partir das propostas sugeridas pelo comitê de base, composto por trabalhadores do regime administrativo.

A decisão sobre a greve ainda será submetida às assembleias dos trabalhadores nas bases da empresa nos próximos dias.

Luiz Marinho: “Pejotização é fraude trabalhista e ameaça à Previdência”

Câmara dos Deputados



Ministro Luiz Marinho criticou suspensão de processos de pejotização no STF

Divulgação



“Problemas de segurança da Linha 5 do Metrô só aumentaram depois da privatização”, diz Camila

A presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Camila Lisboa, atribui a privatização a responsabilidade pela morte de Lourivaldo Ferreira Nepomuceno, de 35 anos, na Estação Campo Limpo, no último dia 6. Segundo ela, o modelo de concessão da Linha 5-Lilás, operada pela ViaMobilidade, é falho e compromete a segurança dos passageiros.

“Este contrato de concessão é um absurdo porque a única responsabilidade da ViaMobilidade é lucrar. ‘Todo o resto — manutenção, segurança, fiscalização — fica sob responsabilidade da empresa pública Metrô e do Governo do Estado’”, disse Camila em entrevista à Hora do Povo.

Camila criticou duramente tanto a concessionária quanto a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), classificando como inaceitável que o sistema continue funcionando normalmente mesmo após uma sequência de acidentes semelhantes. “Não pode ser que eles [ViaMobilidade] achem que a população é tão idiota a ponto de acreditar que o acidente que aconteceu numa empresa, é responsabilidade de outra empresa”, declarou, ao lembrar que o Metrô de SP também tem culpa por aceitar um contrato nesses moldes.

Segundo a sindicalista, “os problemas de segurança da Linha 5 só aumentaram depois da privatização” e “essa concessão deveria ser suspensa imediatamente”. Ela ainda destacou a ausência de posicionamento oficial do Governo do Estado após a tragédia: “Nem uma nota de pesar foi emitida.”

A série de acidentes na Linha 5-Lilás, operada pela ViaMobilidade há 7 anos, evidencia, segundo Camila e especialistas, os riscos da gestão privada sem a devida responsabilização técnica. Nos últimos quatro anos, ao menos 15 ocorrências semelhantes foram registradas, envolvendo passageiros presos entre o

trem e a porta de plataforma, conforme denúncia do Fantástico da TV Globo, veiculada no último domingo (11).

O pintor Jutai Gonzales quase perdeu a vida em 2023, também na Linha 5, que liga o Capão Redondo à Chácara Klabin. Ao tentar embarcar na Estação Largo Treze, relatou Jutai à reportagem da Globo, ele ficou preso entre as portas, que se fecharam simultaneamente. Com a movimentação do trem, Jutai foi arrastado pela composição, num movimento semelhante ao que ocorreu com o outro passageiro.

Ele ficou internado por 12 dias e ainda se recupera das cirurgias realizadas após o acidente. Segundo o pintor, foram feitas diversas tentativas de contato com a ViaMobilidade, mas nenhuma resposta foi recebida e o caso foi levado à Justiça. Em nota, a concessionária informou que ofereceu assistência no dia do ocorrido e que, no momento, aguarda a decisão judicial.

Segundo os sensores de presença na área entre o trem e as portas de plataforma — tecnologia ausente nas estações administradas pela ViaMobilidade, mas presente nas linhas operadas diretamente pelo Metrô —, o sistema falhou mais uma vez. A concessionária havia sugerido, ainda em 2024, a instalação de barras de borracha com sensores, mas problemas administrativos atrasaram a implementação.

O engenheiro Moacyr Duarte, especialista em análise de risco e gerenciamento de emergências, assegura que o acidente que vitimou Lourivaldo dificilmente ocorreria nos principais metrô do mundo. Ele justificou que o motivo é o fato de o espaço entre a porta do trem e a porta de segurança ser tão estreito que não comporta uma pessoa, já que o vão é quase inexistente.

Alex Santana, vice-presidente da Fenametro (Federação Nacional dos Metroferroviários), confirmou que os trens do Metrô contam com mais dispositivos de segurança.

“Na L5 (ViaMobilidade) não há sensores de presença, e a borracha que tem não é suficiente”, observou. “A visibilidade é limitada e há falta de funcionários nas plataformas”, disse ao Fantástico.

Nessa terça-feira (13), a Comissão de Transporte da Alesp fez uma vistoria na Estação Campo Limpo. Deputados estaduais cobraram providências urgentes. “Estamos alarmados porque essa história começou em 2021, e só agora, após uma morte, há promessas de ação”, disse o deputado Antônio Donato (PT). A previsão para instalação de novas barreiras de segurança é de pelo menos 90 dias, segundo o presidente do Metrô, Julio Castiglioni.

Mas para Camila Lisboa, o problema é estrutural e político: “Embora o Metrô também tenha sua responsabilidade, quem compactua com esse projeto de privatização está colocando vidas em risco. Isso não é só uma falha técnica. É um modelo que prioriza o lucro em detrimento da segurança do povo.”

“A ViaMobilidade tinha que ter tomado uma atitude, assim como o Metrô de SP também tinha que ter tomado uma atitude, assim como o Governo do Estado tinha que ter tomado uma atitude (na direção) de não fazer mais nenhum aditivo contratual, de cancelar essa privatização porque os problemas de segurança da Linha 5 só aumentaram depois que teve a privatização”, defende a metroviária.

Privatizada em 2018, a Linha 5-Lilás passou a ser operada pela ViaMobilidade sob a promessa de melhorias. No entanto, o que se observa é o acúmulo de falhas relacionadas à segurança e à manutenção.

JOSI SOUSA

Se validar isso, acaba a Previdência Social, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, acusou a ‘pejotização’ de ‘fraude trabalhista’. A fala do ministro sobre a prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica para fugir das obrigações trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi feita durante uma audiência para debater o tema no Ministério do Trabalho, na quarta-feira (14).

No encontro, onde Marinho recebeu representantes da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e da Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho (ANPT), os participantes analisaram os impactos para os trabalhadores e para a Previdência Social da recente decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o andamento de todos os processos trabalhistas que discutem a legalidade da contratação de pes-

soas físicas como pessoas jurídicas – a chamada ‘pejotização’.

“É uma burla à legislação, uma fraude trabalhista. Se validar isso, acaba a Previdência Social. É uma repercussão dramática, porque ela influencia no papel da Previdência, ou seja, a diminuição drástica do número de contribuintes da Previdência”, afirmou o ministro.

De acordo com a presidente da Abrat, Elise Ramos Correia, “a pejotização tem as populações mais humildes como principais prejudicadas”. Segundo ela, os trabalhadores com este perfil que procuram a Justiça do Trabalho representam cerca de 96%. “As camadas mais bem posicionadas socialmente têm uma retaguarda mais ampla na hora de buscar direitos”, disse.

Para o vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto, “a suspensão ampla dos processos sobre pejotização compromete o acesso dos trabalhadores e das trabalhadoras à jurisdição especializada”. “É um risco para o mundo do trabalho”, afirmou.



Anamatra ingressa em ação no STF e denuncia ameaça a direitos fundamentais dos trabalhadores

Diante da gravidade da suspensão pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de todos os processos que discutem a ‘pejotização’ no país – prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica para fugir das obrigações trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, a Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) protocolou no STF pedido de ingresso com Amicus Curiae (amigo da corte) na ação.

Afirmando que o STF tem diante de si, no julgamento da questão, “uma decisão histórica”, a entidade argumenta que “a admissibilidade da Anamatra como amicus curiae no presente Recurso Extraordinário com Repercussão Geral se constata na medida em que a discussão travada nos presentes autos envolve questões intrinsecamente relacionadas à atuação cotidiana e à defesa das prerrogativas funcionais dos magistrados da Justiça do Trabalho”.

No pedido, a entidade afirma que, ao julgar o Tema, o STF “se debruçará sobre assunto de profunda relevância institucional, jurídica e social”.

“Estarão sob análise questões fundamentais para a garantia da proteção social, do acesso à Justiça e do devido processo legal, tais como garantia de direitos trabalhistas, competência jurisdicional e ônus da prova, em situações de potencial fraude ou simulação contratual”, argumenta.

A Associação cita que cerca de 18 milhões de brasileiros atuam hoje sob vínculos formalmente autônomos ou empresariais, “muitos em condições que ocultam verdadeiras relações de emprego”.

“A depender do desfecho deste julgamento, corre-se o risco de institucionalizar a centralidade desse modelo precário, fragilizando a fiscalização, o alcance da negociação coletiva e a própria dignidade do trabalho, na contramão dos objetivos constitucionais”.

E reafirma, “a Suprema Corte tem, assim, diante de si, uma decisão histórica: afirmar os princípios constitucionais que asseguram proteção ao trabalhador ou validar a expansão muitas vezes fraudulenta de formas contratuais que mascaram verdadeiras relações de emprego, ameaçando direitos fundamentais e a ordem democrática construída em 1988”.



Sem comida em Gaza, 14 mil bebês podem morrer em horas, alerta ONU



Presidente de Burkina Faso encontra Putin

“Terrorismo vem do imperialismo”, denuncia o presidente de Burkina Faso

Ibrahim Traoré, presidente de Burkina Faso disse, em reunião com Putin, que seu país está em luta contra o terrorismo patrocinado por Washington. Traoré, esteve na Rússia a convite do presidente da Rússia, Vladimir Putin, para as comemorações do Dia da Vitória que aconteceu em 9 de maio e que marca a vitória das forças da União Soviética contra o imperialismo nazista da Alemanha em 1945.

No dia seguinte ele se reuniu com Putin no Kremlin para tratar de cooperação bilateral, acordos comerciais e assuntos de segurança na região do Sahel, como é chamada a faixa de 5400km ao norte do continente africano.

“Estamos muito satisfeitos em vê-lo. Antes de começarmos, gostaria de agradecer mais uma vez por sua decisão de participar das comemorações do 80º aniversário da Vitória na Grande Guerra Patriótica,” Putin deu boas vindas a Traoré e a delegação de Burkina Faso.

“Gostaria também de mencionar a contribuição do seu país para derrotar o nazismo alemão e os seus satélites. Cerca de 30.000 pessoas do atual Burkina Faso lutaram como parte da Coalizão anti-Hitler, nas formações da França Livre lideradas pelo lendário filho do povo francês, o general Charles de Gaulle.”

OBJETIVO COMUM

“Hoje, estamos unidos por um objetivo comum de combater o terrorismo e o extremismo. Continuaremos a ajudar a República a restaurar o Estado de Direito e a ordem constitucional e a ajudar a reprimir os grupos radicais que ainda estão ativos em certas partes de Burkina Faso,” disse Putin.

“Nos últimos dois anos, fizemos progressos significativos na expansão da cooperação mutuamente benéfica em várias áreas. No final de 2023, após uma pausa que durou mais de 30 anos, a Embaixada da Rússia em Ouagadougou retomou suas operações. Foi estabelecido um diálogo político regular.”

“Embora o comércio bilateral permaneça modesto, está a aumentar, o que é uma tendência promissora que deve, obviamente, ser incentivada. Trabalharemos juntos para fortalecer ainda mais os laços econômicos e diversificar o comércio mútuo,” disse Putin.

Ibrahim Traoré é frequentemente comparado com outro líder socialista de Burkina Faso, Thomas Sankara, ele assumiu o controle do país em 2022 e expulsou a marionete do governo da França, Roch Kaboré, da presidência de Burkina Faso quando milhares de manifestantes exigiram a expulsão das forças do exército francês que ocupavam Burkina Faso.

E em fevereiro de 2023, o governo de Traoré conseguiu expulsar o exército francês e seu governo desde então está focado em melhorar as condições de vida do povo burkinabê.

Traoré nacionalizou as minas de outro de Burkina Faso, comprou maquinário para a agricultura, está investindo na educação e moradia para seu povo.

Outros países da região do Sahel, Mali que já tinha expulsado os franceses de seu país em 2022 e Níger que ao expulsar os franceses em 2023 foi ameaçado de guerra e os três países fizeram um pacto de defesa para se protegerem de qualquer retaliação.

Foi formada então a ‘Aliança dos Estados do Sahel’ (AES), composto pelos três países da região do Sahel que retomaram o controle de sua soberania ao expulsar a ocupação francesa que explorava os recursos naturais da região.

“Sinto-me honrado por poder participar das celebrações da Grande Vitória. Gostaria de agradecer o convite. É muito simbólico para nós,” disse Traoré.

“Gostaria de agradecer mais uma vez por me convidar. Este momento específico e esta reunião nos dão a chance de pensar sobre o que está acontecendo agora e pensar no futuro.”

“Os obstáculos de hoje não devem nos parar. Até certo ponto, esses obstáculos até jogam em nossas mãos, porque apesar das sanções que foram impostas contra a Federação Russa por muitos países, a Rússia ocupa um lugar de destaque na arena internacional, e levamos isso em consideração, entendemos que não é fácil”.

“Agradecemos sua atitude em relação a Burkina Faso. Hoje, visitei o Instituto Mendeleev e entendemos que, além da defesa e da segurança, há outra esfera importante, a ciência e a educação. Gostariamos que a Rússia nos ajudasse a educar nossos jovens e ensinar-lhes ciências, para que possamos desenvolver nossa própria produção, indústria e engenharia, porque é muito importante para a África.”

IMPERIALISMO

“Acreditamos que o terrorismo que estamos testemunhando hoje vem do imperialismo, e estamos lutando contra ele. Se acabarmos com esta guerra, se tivermos um exército forte, seremos capazes de nos engajar no desenvolvimento de nossa pátria. Isso é o que vemos como o propósito de nossa luta. E por isso que é extremamente importante construir e treinar pessoal.”

“Muitas vezes, na África, há muitas expectativas, muitas necessidades em termos de equipamentos e hardware, e é por isso que temos muito a fazer. Gostariamos de pedir ajuda, e a principal coisa em que você pode nos ajudar é a transferência de tecnologia e know-how.”

“Precisamos entender como podemos espalhar as universidades que existem na Rússia para Burkina Faso, como podemos abrir filiais universitárias em Burkina Faso, para treinar nossos cidadãos, nossos alunos de uma forma mais prática. Este é o nosso objetivo fundamental. Gostariamos que Burkina Faso se desenvolvesse e que muitos estudantes viessem até nós e estudassem ciências,” disse Traoré.



Crianças são as mais atingidas pela fome imposta por Netanyahu

Tropa israelense abre fogo contra diplomatas europeus em visita à cidade palestina Jenin

Diplomatas foram alvo de ataques das forças do exército israelense em visita oficial à Cisjordânia. A delegação com diplomatas europeus e de países árabes foi alvejada, nesta quarta-feira, quando estava visitando o acampamento de refugiados na cidade de Jenin.

O vídeo do incidente postado nas redes sociais mostra soldados israelenses disparando contra a delegação que se afasta de um portão que estava bloqueando a estrada. “Fiquem perto da parede, fiquem perto da parede!”, alguém na delegação diz pro resto do grupo.

A delegação com mais de 25 diplomatas de vários países, entre eles o Reino Unido, França, Itália, Canadá, estava visitando Jenin, na Cisjordânia que tem sido alvo de ataque israelense e demolição de residências – para uma avaliação da situação humanitária após a escalada assassina de Israel que começou quatro meses atrás e deixou um rastro de mortes e mais de 40.000 palestinos desabrigados.

O exército israelense usou a desculpa esfarrapada de que os tiros foram dados como aviso, para que a delegação se afaste de uma área restrita. A delegação estava em uma missão diplomática de paz e não representava nenhuma ameaça aos soldados.

“Estávamos fazendo uma visita com o governador de Jenin à fronteira do campo para ver a destruição”, disse um diplomata europeu.

“Era a última parte da visita e de repente ouvimos tiros, vindos do acampamento de refugiados localizado em Jenin. Não foi



Diplomatas correm aos disparos da tropa de Netanyahu

como uma ou duas vezes. Eram como tiros repetidos. Então, naquele momento, todos nós começamos a correr de volta para os carros”, acrescentou.

O Ministério das Relações Exteriores da Autoridade Palestina, disse que o incidente foi um “ato deliberado e ilegal”.

“O Ministério considera o governo de ocupação israelense total e diretamente responsável por este ataque criminoso e afirma que tais atos não passarão sem responsabilização”.

O governo da Itália exigiu uma explicação e disse que o embaixador de Israel será convocado ao Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália para prestar esclarecimentos sobre o ataque. O vice-cônsul italiano estava entre os alvejados na delegação.

“Este ataque, que colocou em risco a vida de diplomatas, é mais uma demonstração do desrespeito sistemático de Israel pelo direito internacional e pelos direitos humanos”, comunicou o Ministério das Relações Exteriores da Turquia. O governo turco condenou o ataque “nos termos mais fortes” e pediu por investigações imediatas para apontar os responsá-

veis. “Estou chocado e horroizado com relatos de que os militares israelenses dispararam tiros nas proximidades de uma visita a Jenin hoje por um grupo de diplomatas, incluindo dois diplomatas irlandeses baseados em Ramallah. Felizmente, ninguém ficou ferido. Isso é completamente inaceitável e eu o condeno nos termos mais fortes”, disse o ministro das Relações Exteriores da Irlanda, Simon Harris.

“Pedimos à comunidade internacional que assuma suas responsabilidades legais e morais e obrigue Israel a parar sua agressão a Gaza e sua escalada na Cisjordânia”, comunicou o Ministério das Relações Exteriores e Expatriados da Jordânia.

O ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Noel Barrot, falou que vai chamar o embaixador israelense para se explicar e chamou o incidente de “inaceitável”.

O Ministério das Relações Exteriores da Espanha exigiu investigação imediata e transparente.

Kaja Kallas, chefe de política externa da União Europeia, disse que “qualquer ameaça à vida de diplomatas é inaceitável”.

Apagão tira do ar Internet nas cidades Madri, Barcelona, Sevilha e Valência

Falha em um roteador gerou disfunção nas diversas redes espanholas. Os moradores de Barcelona, Madri, Sevilha e diversas outras regiões da Espanha sofreram, na terça-feira (20), um apagão total dos serviços de Internet e queda parcial do serviço de contato de emergência.

As redes da Movistar, Orange, Vodafone, DigiMobil e O2 caíram ao longo da manhã.

O apagão da internet ocorreu por conta de uma falha em um roteador durante um serviço de atualização da rede da Movistar.

Junto com a internet, caiu em quatro regiões do país o contato de emergência (112), e as operadoras tiveram que substituí-lo por canais alternativos, o que prejudicou a população. Esse contato é utilizado para qualquer emergência,



Internet fica fora do ar nas principais cidades

como para chamar ajuda policial, ambulância ou bombeiros.

Os usuários ficaram sem internet entre as 3h da manhã e meio-dia. Há relatos de regiões que continuaram sem conseguir acessar a rede até 14h, mas a Movistar classificou isso de “casos pontuais”.

O caso ocorreu menos de um mês depois

da “falha generalizada” no sistema elétrico que ocasionou um apagão que afetou 15 países europeus, principalmente na Espanha e em Portugal.

Ainda não se sabe exatamente o que causou o apagão do fim de abril, mas o governo espanhol identificou que a falha começou na subestação de Granada, seguida por Badajoz e Sevilha.

O diretor das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), Tom Fletcher, disse que milhares de recém-nascidos correm risco de vida se o socorro humanitário não chegar com urgência

A vida de 14 mil bebês na Faixa de Gaza corre risco iminente nas próximas 48 horas se a ajuda humanitária não chegar com urgência, alertou nesta terça-feira (20/5) o diretor do Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), Tom Fletcher.

Alimento, combustível e medicamentos aguardam autorização para entrar ou ser distribuídos na Faixa desde 2 de março.

“Os primeiros cinco caminhões com alimentos vitais para bebês estão em Gaza. Precisamos distribuí-los com urgência, e precisamos de muito, muito mais para atravessar a fronteira”, escreveu o representante da ONU.

Mas Fletcher assinalou que os cinco caminhões de ajuda que chegaram a Gaza na segunda-feira (19) são apenas uma “gota no oceano” comparado com o que é necessário. “E preciso inundar a Faixa de Gaza com ajuda humanitária”, afirmou.

No bloqueio à Gaza promovido por Netanyahu nenhum alimento, combustível ou remédio estava sendo autorizado a entrar na Faixa de Gaza desde 2 de março — uma situação que a ONU já descreveu como um “preço desastroso” a ser pago pela população palestina.

Desde a semana passada, Israel recrudescera ataques aéreos contra infraestrutura, prédios residenciais, hospitais e escolas, junto com uma ofensiva terrestre no norte e no sul da Faixa, mobilizando milhares de tropas e buscando capturar permanentemente o território palestino, como o governo fascista reconheceu no início deste mês.

Segundo a ONU, a população de cerca de 2,3 milhões de palestinos no território precisa de pelo menos 500 caminhões de suprimentos por dia, entre ajuda humanitária e outros bens.

Secretário de Saúde do governo Trump mergulha com os netos em esgoto e ainda posta as fotos

O extravagante secretário da Saúde do governo Trump, Robert Kennedy Jr, nadou com os netos em um córrego contaminado da capital dos EUA, Washington, que serve de escoamento de esgoto

Kennedy Jr disse que se emporcalhara em comemoração ao Dia das Mães no Dumbarton Oaks Park, e orgulhosamente postou nas redes sociais as fotos do mergulho. Uma das imagens o mostra totalmente submerso na água.

No Rock Creek, o banho está proibido há mais de 50 anos, por apresentar contaminação generalizada por fezes e altos níveis de bactérias, incluindo E. coli. Proibição que inclui, segundo o Serviço Nacional de Parques (SNP), até mesmo “molhar os pés”.

Em seu site, o SNP adverte que o Rock Creek tem “altos níveis de bactérias e outros patógenos infecciosos que tornam o banho, o contato com a água e até mesmo o simples ato de molhar os pés um risco à saúde humana (e dos animais de estimação)”.

O Dumbarton Oaks Park fica a jusante do Piney Branch, um afluente

Fletcher disse que, embora um número que equivale a “gota no oceano” de caminhões com ajuda humanitária tenha cruzado para Gaza, seu conteúdo ainda não chegou às comunidades necessitadas. O representante da ONU espera conseguir que caminhões atravessem a fronteira para Gaza. “Será difícil”, diz ele, observando que eles são “impedidos” em todos os pontos.

Em entrevista ao programa Today da BBC nesta terça-feira, a apresentadora Anna Foster perguntou ao chefe de ajuda humanitária da ONU como a organização calculou esse número de 14 mil bebês sob risco em 48 horas.

“Temos equipes no local — e, claro, muitos deles foram mortos”, respondeu Fletcher. “Ainda temos muitas pessoas no local — elas estão nos centros médicos, nas escolas... tentando avaliar as necessidades”.

Imagens de crianças desnudadas à beira da morte e depoimentos de moradores de Gaza desesperados que deixam a Faixa não só provocaram uma resposta diplomática internacional, mas um número crescente de israelenses se opõe à carnificina de Netanyahu.

“Meus impostos estão sendo gastos em uma guerra que matou milhares de crianças. Estamos cometendo genocídio. E não posso falar sobre isso em Israel”, denunciou Yael Noy, diretora da organização israelense Road to Recovery (Caminho à Recuperação), que organiza transporte de palestinos doentes para consultas hospitalares em Israel, à correspondente diplomática da BBC, Caroline Hawley.

“Um país sensato não faz guerra contra civis, não mata bebês por diversão e não pretende expulsar uma população”, criticou Yair Golan, um oficial militar aposentado, parlamentar e líder do partido Democratas.

do Rock Creek que recebe mais de 150 milhões de litros de esgoto e água pluvial sem tratamento por ano, segundo a Autoridade de Águas e Esgoto da capital americana. Há planos para a construção de um túnel para reduzir a quantidade de esgoto que escoava para o Piney Branch e o Rock Creek. Uma porta-voz de Kennedy preferiu não comentar o mergulho do chefe.

Talvez Bob Jr só quisesse esfriar a cabeça, devido à epidemia de sarampo que corre solta nos EUA na sua gestão, com quase 1.000 casos em 25 estados, mais da metade no Texas. Dos casos de sarampo em 2025, 96% ocorreram em indivíduos que não foram vacinados ou cujo status de vacinação era desconhecido, conforme os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC na sigla em inglês). Aliás, ele é tido como o mais conhecido negociante de vacinas nos EUA.

Ou talvez a explicação para o mergulho de domingo seja ainda mais simples. Reza a lenda que ele já afirmou que um verme parassita “entrou no meu cérebro e comeu parte dele”.



Sede do Banco Central da China (Xinhua)

China rebaixa taxa de juros para sustentar crescimento da economia em 5%

O Banco Central da China cortou duas taxas de juros fundamentais para impulsionar sua economia e garantir o crescimento de 5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), projetado pelas autoridades para este ano.

A medida tomada nesta terça-feira (20) reduz duas taxas de juros básicos aos seus menores patamares da história, fortalecendo o mercado interno e estimulando a geração de empregos.

Com este foco, o Banco Popular da China (BPC) anunciou a redução da taxa de empréstimo preferencial de um ano de 3,1% para 3%, referencial estabelecido para juros vantajosos oferecidos pelos credores para empresas e famílias, além da queda da taxa de juros preferencial de cinco anos, referencial para hipotecas, de 3,6% para 3,5%.

Observe-se que, com uma inflação de 2% esperada, a taxa de juro real não chega a 1%.

Em pleno crescimento, a China já havia reduzido estas taxas em 0,25% em outubro de 2024. A redução anterior havia ocorrido em julho do mesmo ano.

Na oportunidade, o Banco Central chinês comunicou que a medida visava impulsionar a economia do país, que, em setembro daquele ano, tinha registrado desempenho oscilante em alguns setores como o crescimento na produção industrial e nas vendas no varejo, enquanto o investimento imobiliário havia decrescido.

No primeiro trimestre de 2025 a economia da China cresceu 5,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 31,87 trilhões de yuans (cerca de R\$ 25,6 trilhões), apontou o Departamento Nacional de Estatísticas. Ao mesmo tempo, o PIB dos Estados Unidos recuou 0,3% no primeiro trimestre de 2025, segundo cálculo inicial divulgado pelo Departamento de Comércio do país.

A redução na taxa de juro básica complementa outras, tomadas recentemente, para manter o crescimento econômico e promover o consumo, no quadro de guerra comercial e tecnológica desencadeada pelo governo Trump e suas consequências sobre a “fábrica do mundo” e as cadeias globais de suprimento.

Há uma semana, Washington recuou parcialmente de sua guerra comercial, reduzindo de 145% para 30% sua tarifa geral sobre as exportações chinesas, enquanto a China baixou de 125% para 10% sua contratarifa, após negociações em Genebra, o que está em vigor por 90 dias.

Na semana passada, o BPC havia injetado no sistema financeiro chinês cerca de um trilhão de yuans (R\$ 803,3 bilhões) por meio da redução em 0,5 ponto percentual do compulsório bancário (RRR). Com isso, a RRR para empresas de financiamento de automóveis e de leasing financeiro, que fornecem diretamente apoio financeiro para o consumo de automóveis e atualização de equipamentos, cairá para 0%.

Outra política em vigor é a iniciativa de troca de bens de consumo, o que gerou um aumento de 5,1% no varejo em abril, em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo 3,717 trilhões de yuans (R\$ 2,97 trilhões), segundo dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China divulgados na segunda-feira (19).

“O lançamento de um plano de ação para promover a renovação de equipamentos em larga escala e a troca de bens de consumo impulsionou as vendas e o consumo de serviços, o que apoiou fortemente a economia”, disse o porta-voz Fu Linghui.

A política de troca de bens de consumo produziu resultados, com as vendas no varejo de eletrodomésticos e equipamentos audiovisuais subindo 38,8% em abril, material cultural e de escritório crescendo 33,5%, as vendas de móveis subindo 26,9% e dispositivos de telecomunicações 19,9%.

Já as exportações chinesas tiveram uma alta de 8,1% em abril em comparação ao mesmo período do ano passado, mesmo com as exportações da China aos Estados Unidos tendo caído 17% em igual período. As importações totais caíram 0,2% comparadas ao ano passado.

No ano passado, o PIB da China cresceu 5%, quase o dobro do que os EUA cresceram (2,8%), e bem mais do que o G7 (1,7%), a União Europeia (0,9%), a Alemanha (-0,2%), o Japão (0,1%), o Reino Unido (1,1%) e a França (1,1%).

Multidão exige em Londres fim do genocídio e rompimento com Israel



600 mil nas ruas de Londres contra massacre de palestinos por Israel em Gaza

100 mil em Haia dão basta ao morticínio de palestinos pelo fascismo israelense

Mais de 100 mil manifestantes se reuniram nas ruas de Haia, neste domingo, para exigir do governo da Holanda medidas para conter Israel e parar o genocídio em Gaza.

Organizadores do ato consideraram que esta foi a maior manifestação na Holanda nos últimos 20 anos. Os participantes atenderam ao chamado de usar roupas vermelhas para simbolizar “uma linha vermelha” traçada pelo protesto.

Os que se pronunciaram execraram o uso da fome como arma de guerra por Israel. Milhares de palestinos foram mortos de fome sob os ordens do governo genocida de Israel com o apoio dos Estados Unidos, que segue enviando armas para assassinar em massa civis palestinos. Se aproxima de 60 dias a proibição de entrada de ajuda humanitária, seja na forma de alimentos, medicamento ou agasalhos com o declarado intuito de acelerar o extermínio do povo palestino.

Os manifestantes também acusam o governo da Holanda de permanecer em silêncio, de se recusar a agir, diante de tantas violações das leis da guerra por parte de Israel.

Faixas foram erguidas para conchamar: “Desenhe uma linha vermelha para Gaza”, “Parem de matar crianças”, “Parem o genocídio”, “O governo Schoof é surdo”, “Vergonha para o governo, suas mãos estão ensanguentadas”, “Holanda paga, Israel bombardeia”, “Palestina livre” e “Não

Walmart avisa que vai repassar custo do tarifação de Trump para os consumidores

A Walmart anunciou nos EUA que irá aumentar preços até o fim do mês, ou seja, irá repassar aos consumidores o tarifação de Trump, mesmo em sua versão atenuada válida por 90 dias, recentemente negociada entre Washington e Pequim.

“Dada a magnitude das tarifas, mesmo nos níveis reduzidos anunciados esta semana, não somos capazes de absorver toda a pressão, dada a realidade das margens estreitas do varejo”, disse o CEO do Walmart, Doug McMillon, em uma teleconferência de resultados na quinta-feira, de acordo com a CNN.

O Walmart ficou aquém das estimativas de vendas trimestrais, já que nem mesmo o maior varejista do mundo escapou do efeito bumerangue do tarifação de Trump.

Em entrevista à CNBC, o diretor financeiro John David Rainey disse que as tarifas “ainda são muito altas” – mesmo com o acordo recentemente anunciado para reduzir as tarifas sobre as importações da China para 30% por 90 dias. [Imagine-se quando estavam a 145%! Ou quando Trump escalou para “245!”]

“Estamos preparados para preços baixos todos os dias, mas a magnitude desses aumentos é maior do que qualquer varejis-



A cidade de Haia foi tomada pelos manifestantes (AFP)

há paz sob ocupação”.

ONGs de direitos humanos e ajuda humanitária, como Anistia Internacional, Médicos Sem Fronteiras, Save the Children, Pax, Oxfam Novib, The Rights Forum e Plant an Olive Tree e outros grupos pró-Palestina são os organizadores desse protesto.

Haia é a cidade holandesa onde se encontra o ‘Corte Internacional de Justiça’ (CIJ) sediada no Palácio da Paz e o ‘Tribunal Penal Internacional’ (TPI) que pediu a prisão do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, por crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

Aos milhares, os manifestantes, marcharam do centro da cidade até o Palácio da Paz. A CIJ está julgando a acusação de cri-

mes cometidos por Israel, configurando genocídio em Gaza, a pedido do governo da África do Sul.

No ano passado, a CIJ determinou que Israel deveria proteger a população civil de Gaza e permitir a entrada de ajuda humanitária. Decisão que Israel ignora e continua com a chacina continuada contra civis palestinos.

Como efeito positivo do protesto, o ministro das Relações Exteriores da Holanda, Caspar Veldekamp, já havia feito duras críticas a Israel, disse que o governo israelense não respeita direitos humanos e princípios democráticos com o bloqueio de ajuda humanitária em Gaza. Ele também pediu a revisão de acordos comerciais entre a União Europeia e Israel.

“Se um varejista tão grande quanto o Walmart não pode escapar da dor das tarifas, que chance uma pequena empresa tem?”, postou o líder da oposição no Senado, Chuck Schumer, um dos autores de um projeto de lei que exigiria que os grandes varejistas exibissem quanto do preço de um item decorre de tarifas. “As tarifas de Donald Trump nada mais são do que um aumento de impostos sobre os consumidores”, acrescentou o senador democrata.

Visto por outro ângulo, esse “imposto sobre os consumidores” de Trump recai especialmente sobre os trabalhadores e a classe média, que é que vão sentir o principal repuxo.

A Casa Branca ainda não se pronunciou sobre o anúncio da Walmart. No mês passado, relatos de que a Amazon passaria a exibir o aumento de preço decorrente das tarifas online foram classificados pela porta-voz Karoline Leavitt como um “ato hostil e político” e a gigante online recuou.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Manifestantes repudiam limpeza étnica de Netanyahu contra os palestinos e cobram do governo inglês o desvinculamento de Israel

Condenando o genocídio contra a população palestina, 600 mil pessoas tomaram as ruas de Londres neste sábado (17) para exigir do primeiro-ministro, Keir Starmer, o “fim da limpeza étnica” e o “rompimento de relações com Israel”.

Como foi amplamente registrado, a multidão marchou pelo centro da cidade levantando faixas e cartazes e entoando palavras de ordem pelo fim da agressão nazista, reivindicando do governo uma posição contundente frente ao morticínio.

PAZ ENTRE OS POVOS

Defendendo a paz e a solidariedade entre os povos, os manifestantes se concentraram em Embankment, passaram pelo Big Ben, cruzaram o rio até Waterloo e encerraram o ato em frente à Downing Street.

Muitas pessoas declararam que a informação sobre o genocídio praticado por Israel as tornaram ainda mais determinadas a comparecer ao ato. “As evidências não foram uma surpresa para mim, mas as colocaram diante do mundo inteiro”, disse a manifestante Faiza, professora assistente do oeste de Londres, ao Socialist Worker.

Segundo Faiza, foi algo que “não apenas mostrou que o Estado de Israel é culpado, mas também que aqueles que apoiam Israel nos EUA e na Grã-Bretanha também são culpados pela morte de crianças”. “E posso adicionar Keir Starmer à lista de pessoas que se envergonham, porque ele não apoiou um cessar-fogo. É muito importante que tenhamos comparecido em grande número hoje”, acrescentou.

A manifestante Sam

Economia do Japão encolhe 0,7% no primeiro trimestre

O PIB do Japão contraiu 0,7% anualizado no primeiro trimestre de 2025 e, em relação ao trimestre anterior, caiu 0,2% sob consumo estagnado e uma queda de 6% nas exportações, o que se deu antes do anúncio de Trump, em 2 de abril, de tarifas “recíprocas” abrangentes.

O que torna ainda mais factível o risco de recessão no próximo trimestre, abril-julho, no país integrante do G7.

O consumo privado, que responde por mais da metade da produção econômica do Japão, ficou estável no primeiro trimestre de 2025, em comparação com a previsão de um ganho de 0,1%.

A demanda externa reduziu 0,8 ponto do PIB, já que as exportações caíram 0,6% e as importações aumentaram 2,9%, mesmo antes de o impacto das tarifas de Trump começar a se materializar com força total.

As despesas de capital aumentaram 1,4%, mais do que o esperado, ajudando a demanda interna a acrescentar 0,7 ponto percentual ao crescimento do PIB. Outro dado positivo é que o crescimento do último trimestre do ano passado foi ligeiramente revisado para cima, de 2,2% para 2,4%. O juro básico é de 0,5%.

“A economia do Japão carece de um motor de crescimento devido à fraqueza nas exportações e no consumo. É muito vulnerável a choques como o das tarifas de Trump”, disse Yoshiaki Shinke, economista executivo sênior do Dai-ichi Life Research Institute.

“Os dados podem levar a pedidos crescentes por maiores gastos fiscais”, disse ele, acrescentando que a economia pode se contrair novamente no segundo trimestre, dependendo de quando o impacto das tarifas se intensificar.

disse não ter ilusões em organismos internacionais como as Nações Unidas ou a Corte Internacional de Justiça (CIJ). “Eu vejo que uma decisão sobre genocídio é importante, mas, para mim, não vejo sentido na ONU ou na CIJ se não fizerem nada. Também me irrita que milhões de pessoas possam ir às ruas e as pessoas no poder simplesmente não ouçam”, assinalou.

Entre outros, fizeram uso da palavra a deputada Apsana Begum, o embaixador palestino Hussam Zumlot e o historiador William Dalrymple.

Organizada pela Campanha de Solidariedade à Palestina, Amigos de Al-Aqsa, Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, Parem a Guerra, Fórum Palestino na Grã-Bretanha e inúmeros grupos pela paz, a grandiosa mobilização – a maior desde 2023 –, trouxe gente do País de Gales e de toda a Inglaterra.

Os bombardeios aumentaram indiscriminadamente na semana passada, fazendo com que o número de mortos em Gaza ultrapassasse os 53.000 desde 7 de outubro de 2023.

“A CATÁSTROFE”

Na mesma data, ativistas de 45 países dos seis continentes recordaram a “Nakba”, ou a “catástrofe”, materializada na mortandade feita pelas milícias sionistas em 1948 para abrir caminho à criação de Israel, com a expulsão de 80% dos palestinos da sua terra natal. Após mais de um ano de violência implacável, o recém-criado Estado conquistou 78% da Palestina histórica. Os 22% restantes, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, foram ocupados pelos sionistas 19 anos depois e, mantêm seu domínio colonial com apoio político e militar dos Estados Unidos.

“Devemos estar atentos aos riscos de queda para a economia decorrentes da política tarifária dos EUA. O impacto no consumo e na confiança das famílias devido aos contínuos aumentos de preços também é um risco para o crescimento”, disse o ministro da Revitalização Econômica do Japão, Ryosei Akazawa Akazawa, para quem é preciso assegurar aumentos salariais para preservar a perspectiva de um crescimento moderado.

Preocupação também apontada pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Japão, Ken Kobayashi. “Estou profundamente preocupado que a ansiedade sobre o impacto das tarifas possa prejudicar os aumentos salariais”, disse ele, instando as grandes corporações a não frearem o atual ritmo de aumentos salariais.

Para Takahide Kiuchi, economista executivo do Nomura Research Institute, os números atuais indicam que o tarifação de Trump pode empurrar ainda mais a economia japonesa para a recessão.

As principais montadoras japonesas estão se preparando para quedas projetadas nos lucros no ano fiscal que se encerra em março de 2026, citando como causas as tarifas norte-americanas, a valorização do iene e a crescente concorrência das montadoras chinesas.

A Toyota Motor espera que seu lucro líquido caia 34,9% na comparação anual, para 3,1 trilhões de ienes (US\$ 21,33 bilhões). Somente de abril a maio, o tarifação irá reduzir o lucro operacional em 180 bilhões de ienes. A Honda projeta uma queda de 70,1% no lucro líquido, para 250 bilhões de ienes.

Leia mais no site do HP

Tirem as mãos dos Correios!

Os maiores prejudicados com a privatização seriam os usuários do sistema pela elevação dos preços e tarifas. As forças democráticas e progressistas só têm uma bandeira a defender no momento: Tirem as mãos dos Correios!

PAULO KLIASS*

A sanha acumuladora do grande capital privado nunca teve limites. No caso brasileiro, as classes dominantes aproveitaram a onda liberalóide que se seguiu à implementação do Consenso de Washington, a partir dos anos 1980, para avançar na pauta da privatização. A estratégia pressupunha associar a presença do Estado na economia a um quadro ditatorial na esfera da política, donde se concluía que a transição democrática no Brasil deveria incorporar a venda das empresas estatais de forma ampla, geral e irrestrita.

Assim, a partir da posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República em 1990, tem início um longo processo de transferência de ramos inteiros de nossa economia do setor público para o setor privado. Mesmo depois do impeachment do caçador de marajás, o governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade à política de entrega generosa do patrimônio estatal. Assim foi feito com o sistema bancário ligado aos governos estaduais, com o parque da siderurgia, com a petroquímica e os fertilizantes, com as telecomunicações, com boa parte do setor de energia elétrica e com a simbólica Vale do Rio Doce.

Apesar de seu desejo manifesto de promover a desestatização completa da economia, as elites destas terras não conseguiram completar integralmente tal missão. Houve resistência de vários tipos e algumas empresas estatais ainda permanecem no âmbito da União. Esse é o caso dos bancos federais (BB, CEF, BASA, BNB e BNDES), da Petrobrás (apesar do fatiamento e privatização de subsidiárias do grupo), de parte do sistema de energia elétrica, da Embrapa e dos Correios. A mais recente tentativa declarada de eliminar a presença do Estado na economia ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro, quando seu superministro da economia, Paulo Guedes, prometia privatizar 100% das estatais.

CORREIOS TÊM MUITA HISTÓRIA!

Uma das iniciativas dessa bravata fracassada do aprendiz de banqueiro foi o processo de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a ECT. À época, o governo chegou a encaminhar um Projeto de Lei (PL 591/21) ao legislativo tratando do tema. A Câmara dos Deputados aprovou a matéria, mas felizmente o Senado Federal impediu



a continuidade de mais este crime contra o País. No entanto, a campanha fomentada pelo financismo em favor da venda da empresa ao capital privado não cessou.

Os Correios têm uma longa história de presença na sociedade brasileira. Desde as primeiras formas de organização do sistema de entrega de correspondência no século XVII, passando por mudanças ainda no tempo do Império com a criação da Diretoria Geral dos Correios em 1829, o sistema foi sendo ampliado e aperfeiçoado. Em 1931 Getúlio Vargas cria o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) e posteriormente, em 1969, o então DCT é transformado com a constituição da atual empresa pública para assegurar esses serviços sob uma forma mais moderna e eficiente. O modelo pressupunha o monopólio estatal para o setor, por meio da exclusividade da União como agente para a maior parte das operações. Esse foi o modelo formalizado pela Lei nº 6.538/78. Apesar de tal peça legal ter sido recepcionada pela Constituição em 1988, o fato é que ao longo deste meio século de vigência das normas houve um significativo desenvolvimento tecnológico no setor. Assim, os termos “carta”, “telegrama” e “selo” presentes no texto legal foram substituídos por outros modelos de correspondência e comunicação.

A generalização da concorrência de facto ao modelo de atuação dos Correios provocou mudanças das receitas da empresa. Esse processo permitiu o estrangulamento da ECT e facilitou a narrativa daqueles que permanecem pretendendo assumir suas funções de formas plena e absoluta. Os momentos de divulgação dos resultados operacionais e financeiros da empresa são geralmente utilizados para amplificar a campanha privatizante.

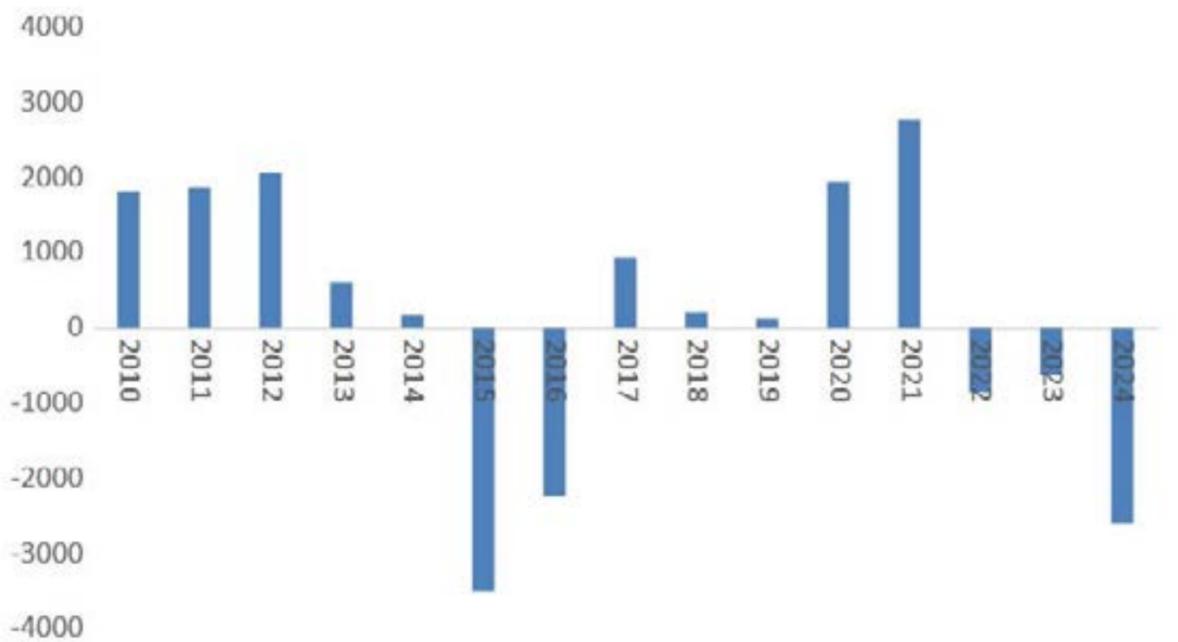
PRIVATIZAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO!

A grande imprensa aproveitou, mais uma vez, a recente publicação dos resultados do ano passado para dar vozes aos que ainda clamam pela entrega da empresa ao capital privado. É verdade que o prejuízo anunciado de R\$ 2,6 bilhões relativo ao exercício de 2024



Paulo Kliass. Foto: HP

ECT – Resultado – 2010 a 2024 (a valores de 2024)



Fonte: ECT e SEST

não pode e nem deve ser ignorado. Na verdade, ao longo do último triênio os números não foram nada animadores, uma vez que também em 2022 e 2023 o resultado foi igualmente negativo, com números de R\$ 770 e R\$ 600 milhões, respectivamente.

A realidade objetiva é que a ECT vem apresentando resultados deficitários, mas isso não significa que a solução seja a privatização da mesma. Caso coloquemos a análise em uma perspectiva um pouco mais longa, o cenário revela-se um pouco distinto. O gráfico abaixo ilustra de forma bastante adequada esse enfoque. Aqui estão apresentados os resultados anuais (lucro e prejuízo) a valores presentes durante 15 anos, entre 2010 e 2024.

O que pode ser observado é que a ECT apresentou prejuízo em 5 destes 15 anos. Ou seja, no biênio 2015/2016 e agora nos últimos 3 anos. Isso significa um total de perdas

acumuladas equivalente a R\$ 9,8 bilhões a valores corrigidos. No entanto, nos outros 10 exercícios do mesmo período, a empresa apresentou lucros. Caso estes resultados positivos sejam somados e trazidos a valor presente, eles representam R\$ 12,6 bi. Assim, para o conjunto do período analisado, o resultado líquido dos Correios é de um saldo positivo de R\$ 2,8 bi.

Evidentemente que há muitas mudanças a serem promovidas na ECT em sua estratégia de atuação empresarial. Afinal, houve uma série de alterações significativas no mercado de correspondências e entregas, com o aumento da concorrência e novas modalidades não operadas até pelos Correios. Além disso, a empresa deve aportar recursos para o fundo de pensão de seus empregados, o Postalís, que apresenta um quadro de dificuldades financeiras bastante acentuado. Porém, isto não significa

Evidentemente que há muitas mudanças a serem promovidas na ECT em sua estratégia de atuação empresarial. Afinal, houve uma série de alterações significativas no mercado de correspondências e entregas, com o aumento da concorrência e novas modalidades não operadas até pelos Correios. Além disso, a empresa deve aportar recursos para o fundo de pensão de seus empregados, o Postalís, que apresenta um quadro de dificuldades financeiras bastante acentuado. Porém, isto não significa que o caminho da privatização deva ser adotado como uma panaceia para tais problemas de

natureza conjuntural e estrutural.

Afinal, todos sabemos que uma vez transferido o patrimônio dos Correios para o capital privado, o único objetivo será a obtenção da maior lucratividade ao menor custo e no menor prazo possível. Assim, a tendência seria a obtenção da propriedade a preço de banana e a liquidação de todos os direitos dos trabalhadores e aposentados do grupo. Como sempre, os maiores prejudicados seriam os usuários do sistema pela elevação dos preços e tarifas.

Conhecemos muito bem o final desta estória, com enredo favorável aos futuros acionistas. Por isso, as forças democráticas e progressistas só têm uma bandeira a defender no momento: Tirem as mãos dos Correios!

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal